O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea 47 anos
Por um Brasil desenvolvido

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Brasília, 2012

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Coordenação Técnica da Pesquisa
Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea
Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação
Isadora Cruxên – Ipea

Equipe Técnica
Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea
Fábio de Sá e Silva – Ipea
Felix Garcia Lopez – Ipea
Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria Geral da Presidência da República
Mateus Galetti de Araújo – Secretaria Geral da Presidência da República
Raquel Meirelles – Ipea
Roberto Rocha C. Pires – Ipea
Uriella Ribeiro Coelho – Ipea

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS 7
LISTA DE FIGURAS 8
LISTA DE QUADROS 8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... 8
1 INTRODUÇÃO 9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA 10
3 O CONANDA: CONTEXTUALIZAÇÃO 12
4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CONANDA..... 18
5 QUESTÕES ABERTAS 48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE 50
REFERÊNCIAS 53
ANEXO 1 55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Situação no conselho
Gráfico 2 – Amostra segundo o setor de representação
Gráfico 3 – Conselheiros segundo o sexo
Gráfico 4 – Conselheiros segundo a cor/raça
Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
Gráfico 8 – Conselheiros segundo a renda familiar média mensal
Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor
Gráfico 10 – Conselheiros segundo o tempo no conselho
Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
Gráfico 12 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
Gráfico 13 – Número total de conselheiros
Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
Gráfico 15 – Número de conselheiros em cada setor
Gráfico 16 – Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento
Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
Gráfico 18 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
Gráfico 19 – Interesses prioritários
Gráfico 20 – Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
Gráfico 21 – Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
Gráfico 22 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
Gráfico 23 – Frequência de contato com a base de apoio
Gráfico 24 – Principais formas de contato com a base de apoio
Gráfico 25 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
Gráfico 26 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
Gráfico 28 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
Gráfico 29 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
Gráfico 30 – Influência na agenda do CN
Gráfico 31 – Influência da atuação do conselho nas políticas pública da SDH/PR
Gráfico 32 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
Gráfico 33 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
Gráfico 34 – Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
Gráfico 35 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
Gráfico 36 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
Gráfico 37 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
Gráfico 38 – Atuação do poder público
Gráfico 39 – Atuação da sociedade civil
Gráfico 40 – Secretaria Executiva do conselho
Gráfico 41 – Meios de divulgação e comunicação
Gráfico 42 – Regimento interno e resoluções
Gráfico 43 – Presidência do conselho
Gráfico 44 – Plenárias
Gráfico 45 – Comissões temáticas
Gráfico 46 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do Conanda

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões
Quadro 2 – Composição do Conanda para o biênio 2010-2012
Quadro 3 – Distribuição dos conselheiros por município
Quadro 4 – Atuação em conselhos fora do Conanda
Quadro 5 – Resumo do perfil dos conselheiros do Conanda
Quadro 6 – Pontos fortes do Conanda
Quadro 7 – Sugestões de melhorias na atuação do Conanda

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre a sociedade civil e o Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos Nacionais: perfil, atuação e visão dos conselheiros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número destes conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Se entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010) – fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal (CF) de 1988. Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas – mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (anexo 1), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares aos conselhos permitiram sua inclusão na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos citados anteriormente, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- contextualização do Conanda, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (anexo 1), divididas em três blocos:

- Bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros;
- Bloco 2: forma de atuação do conselheiro; e
- Bloco 3: funcionamento do conselho.

O objetivo desta fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual fazem parte. Cada um dos conselhos nos quais foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho –, receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído: pela análise do perfil dos conselheiros nacionais; pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática; e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente pelo Ipea (2010, p. 572), quais sejam:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas, e os conselhos políticos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso Nacional (CN).

Segue o quadro 1 com a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25
8	CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista	Ministério da Justiça	35	16
10	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial	44	34
11	CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
12	CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
14	CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
15	Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
21	Concidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
22	CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Secretaria-Geral da Presidência da República	57	40

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

Foi adotada uma metodologia híbrida para aplicação dos questionários, compreendendo duas etapas. A primeira e mais efetiva em termos de volume de retorno deu-se por meio da entrega dos questionários para cada conselheiro antes do início da reunião, seguido de uma cópia da carta de apresentação (anexo 2) contendo explicações sobre o projeto e o questionário. A segunda etapa, de caráter complementar, previa o envio do questionário a ser preenchido virtualmente, a partir do recebimento do arquivo por *e-mail*. A adoção de estratégia híbrida para o preenchimento do questionário (presencial e por *e-mail*) mostrou-se satisfatória, pois contribuiu para elevar o retorno de questionários.

No Conanda, os questionários foram aplicados entre os dias 25 e 26 de maio de 2011. Os questionários foram entregues aos conselheiros no primeiro dia de reunião e foi feito um informe sobre sua aplicação e sobre os objetivos da pesquisa. O recolhimento ocorreu ao término do segundo dia. No total, 24 conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes, o que corresponde a aproximadamente 86% do total de 28 conselheiros do Conanda. Uma observação mais detalhada da distribuição da amostra segundo a situação no conselho – se titular ou suplente (gráfico 1) – e segundo o setor de representação (gráfico 2) é feita na seção 4 deste relatório.

Após a coleta dos questionários, os mesmos foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* statistical package for the social sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre os conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do Conanda e a legislação do conselho.

3 O CONANDA: CONTEXTUALIZAÇÃO

O Conanda é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no Artigo 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004, e em conformidade com a Resolução nº 105 de 2005. O Conanda integra a estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e tem como função coordenar as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3.1 Breve histórico

A criação do Conanda está vinculada a dois processos importantes. Em primeiro lugar, ao contexto de redemocratização e incentivo à ampliação da participação da sociedade nas decisões governamentais sobre políticas sociais, bem como no controle da implantação destas. Em segundo lugar, reflete uma nova visão sobre os direitos de crianças e adolescentes[1] que visa concretizar princípios, como o da prioridade absoluta e o da proteção integral, a partir da implantação do chamado sistema de garantias de direitos – fundado na CF de 1988 e no ECA. Este sistema se fundamenta em três eixos principais: promoção de direitos, defesa de direitos e controle social, cabendo aos conselhos de direitos, aos conselhos tutelares, aos fundos destinados à área e aos fóruns da sociedade civil a garantia do funcionamento e da efetividade deste sistema (CARVALHO, 2007).

Segundo Élio Mendes, o reconhecimento dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes corresponde a uma das conquistas da evolução dos direitos humanos no Brasil, sobretudo porque "introduz um novo paradigma de tratamento legal brasileiro sobre a criança e o adolescente", consagrando-os como pessoas "em desenvolvimento biopsicossocial e sujeito de direitos" (MENDES, 2010, p. 99). Este novo tratamento difere substancialmente do antigo Código de Menores, que vigorou no Brasil até o final da década de 1980. Existente desde 1927, o Código de Menores baseava-se na doutrina da situação irregular, que discriminava crianças e jovens em situação de pobreza e de exclusão ao associar pobreza e delinquência. Apesar da reformulação do código em 1979, após a promulgação da Declaração Internacional dos Direitos da Criança (1959), os princípios da doutrina foram mantidos, recebendo "inspiração do regime totalitário e militarista repressor e excludente vigente no país" (RODRIGUES, 2007, p. 57). Dessa maneira, o código reforçava o caráter tutelar da legislação, estabelecendo um conjunto de normas relativas à definição do menor em situação irregular, ao seu tratamento e à sua prevenção. De acordo com Maria de Lourdes Rodrigues, o Código de Menores:

> foi ideologicamente construído para intervir na infância e na adolescência pobre e estigmatizada. (...) Suas bases conceituais sustentavam a exclusão e o controle social da pobreza. Na prática, garantia a intervenção estatal aos "menores desamparados" e a sua institucionalização e encaminhamento precoce ao trabalho (RODRIGUES, 2007, p. 57).

A CF de 1988 e a promulgação do ECA vieram alterar essa perspectiva, trazendo um novo olhar sobre a infância e a adolescência enquanto fase de desenvolvimento. Esta mudança foi resultante, em larga medida, dos processos de mobilização de movimentos sociais em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, algo que levou à elaboração da emenda popular denominada "criança, prioridade nacional" que se traduziu no Artigo 227 da Carta Magna:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

1. Nos Artigos 1º, 2º e 3º, o ECA considerou criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 anos e 18 anos de idade, aplicando-se excepcionalmente às pessoas entre 18 anos e 21 anos.

Esse artigo veio a ser detalhado na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA, que incorpora também diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, e assinada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990. Esta Convenção estabelece parâmetros para ações centradas no "desenvolvimento individual e social saudável da infância, tendo em vista ser este o período fundamental da formação do caráter e da personalidade humana" (RODRIGUES, 2007, p. 56). Além disso, a convenção destacava o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes, que implica o entendimento de que estes são pessoas em desenvolvimento que merecem proteção especial.

No Brasil, o ECA torna-se o arcabouço jurídico da doutrina de proteção integral, trazendo o direito para o centro do debate de questões ligadas à infância e à adolescência. Neste caso, a legislação não fala mais apenas em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas em seu conjunto, trabalhando ideias como cidadania infantil e garantindo que a Justiça pode ser acionada contra qualquer tipo de abuso, violência ou exploração cometidos contra eles, não importando por quem (SIERRA, 2002). No entanto, como aponta Vânia Sierra, o ECA não se restringe ao campo jurídico, posto que ao prever a criação de conselhos de direitos e conselhos tutelares, o estatuto chama a sociedade a fazer parte do processo de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, fazendo cumprir "um programa que se inicia juridicamente, mas que se realiza no social" (SIERRA, 2002, p. 182).

O Brasil é o único país que prevê, em marco legal específico, a constituição de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades (OLIVEIRA, 2010). Entre as atribuições dos conselhos de direitos estão: deliberar a política da área, inclusive no que se refere à gestão dos fundos vinculados à área, assim como o monitoramento do orçamento governamental destinado a políticas para crianças e adolescentes. Além disso, compete a eles sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de promover e defender os direitos destes.

O Conanda se insere nesse contexto. Sua criação estava prevista no ECA, embora sua regulamentação tenha ocorrido apenas com a Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e seu funcionamento efetivo apenas a partir de 1993. Segundo Leiliane Carvalho (2007), durante seus 15 primeiros anos, o Conanda procurou ganhar maior visibilidade e legitimidade enquanto espaço político, bem como ampliar o seu significado democrático-participativo. De modo a articular interesses da sociedade e do Estado na implantação de políticas voltadas para os direitos de crianças e adolescentes, respeitando as disposições do ECA, da CF e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, algumas das principais pautas com as quais o Conanda tem trabalhado são (RODRIGUES, 2007):

- o combate à violência e exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes;
- a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente;
- a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência;

- a criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos; e
- o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no CN referentes aos direitos de crianças e adolescentes.

Apesar dos avanços nos campos jurídico e político, por meio das iniciativas voltadas à defesa e à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, ainda se observa, na prática, que nem todos estes estão tendo seus direitos assegurados. Obviamente, o desenvolvimento econômico e social por que passou o Brasil nas últimas décadas melhorou o quadro de possibilidades de desenvolvimento para as crianças: houve redução da mortalidade infantil e do trabalho infantil, universalização do acesso ao ensino fundamental etc. No entanto, ainda se registram inúmeros casos envolvendo violações de direitos humanos de crianças e adolescentes em uma sociedade que possui um aparato legal tão referenciado.

Além disso, segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2011), os avanços alcançados não garantem a continuidade do desenvolvimento de meninos e meninas na adolescência. Apenas para ilustrar, o relatório mostra que as reduções das taxas de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 significam que "foi possível salvar a vida de mais 26 mil de crianças; no entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade" morreram (UNICEF, 2011, p. 6), sendo uma das principais causas os homicídios. Ademais, afirma Rodrigues que: "a realidade infanto-juvenil no Brasil até agora é permeada pelos preconceitos, pela violência, pela exploração, pela exclusão social e pela ausência de oportunidades e expectativas" (RODRIGUES, 2007, p. 78). Este quadro torna imperativo que as instituições e organizações vinculadas à temática – como o Conanda – tenham atuação incisiva e eficaz, trabalhando pela articulação ampliada entre governo e sociedade na luta para que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos.

3.2 Finalidades e competências

Parte da estrutura da SDH/PR, o Conanda é o principal órgão do sistema de garantia de direitos e tem como principal atribuição elaborar as normas gerais para a formulação e a implantação da política nacional dos direitos da criança e do adolescente, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução destas a níveis federal, estadual e municipal – observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos Artigos 87 e 88 da Lei nº 8.069 de 1990, Decreto nº 5.089 de 2004 e Resolução nº 105 de 2005 (BRASIL, 2006). Neste sentido, deve o Conanda promover a cooperação entre os governos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e a sociedade civil, organizada na formulação e execução da política nacional. De acordo com o seu regimento interno (BRASIL, 2006), também estão entre as principais competências do conselho:

- buscar a integração e articulação dos conselhos estaduais, distrital e municipais e conselhos tutelares, assim como dos diversos conselhos setoriais, órgãos estaduais e municipais e entidades não governamentais, oferecendo o apoio necessário ao exercício de suas funções. Cabe ainda avaliar as políticas e a atuação dos órgãos governamentais referentes aos direitos de crianças e adolescentes;

- acompanhar o reordenamento institucional, propondo modificações nas estruturas públicas e privadas de atendimento à criança e ao adolescente sempre que necessário;
- oferecer subsídios e acompanhar a elaboração de legislação pertinente ao tema, bem como acompanhar a elaboração e a execução das propostas orçamentárias da União, indicando modificações pertinentes para que sejam respeitados os direitos da criança e do adolescente. Ademais, compete ao Conanda a gestão do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), garantindo a correta utilização dos recursos conforme os objetivos previstos;
- promover a cooperação com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, para a produção de indicadores no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nestes índices, para o monitoramento das atividades relacionadas com o atendimento à criança e ao adolescente. Ademais, deve o conselho incentivar a produção de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados das políticas implantadas, estimulando a formação técnica permanente;
- estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, visando fortalecer o atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis federais; e
- convocar, a cada dois anos, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo Rodrigues (2007), o Conanda enquanto instância política deliberativa no que diz respeito às questões referentes a crianças e a adolescentes, "atua de forma transversal aos diversos setores, tais como: saúde, educação, cultura, esporte e lazer, trabalho, assistência social etc., perpassando cada um deles e devendo balizar as grandes decisões das políticas setoriais, bem como monitorar sua macroexecução" (RODRIGUES, 2007, p. 62).

3.3 Composição

O Conanda é um órgão colegiado de composição paritária integrado por 28 conselheiros titulares e 28 suplentes, sendo 14 representantes do Poder Executivo – estando assegurada a representação dos órgãos executores das políticas sociais básicas – e 14 representantes de entidades não governamentais que possuem atuação em âmbito nacional e atuação na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Esta composição foi definida em 20 de maio de 2004, por meio do Decreto nº 5.089, de modo que o número de conselheiros fosse ampliado para incluir novos ministérios em conformidade com a reforma ministerial implantada no primeiro mandato do governo Lula.

Os membros dos órgãos governamentais e seus respectivos suplentes são indicados pelos titulares dos órgãos representados, ao passo que as entidades representativas da sociedade civil – titulares e suplentes – são eleitas em assembleias convocadas pelo conselho a cada dois anos (BRASIL, 2006). Neste último caso, o Plenário do Conanda designa uma comissão eleitoral composta por três entidades da sociedade civil para organizar e realizar o processo eleitoral. Entre as 28 entidades mais votadas, as 14 primeiras são eleitas como titulares e as restantes tornam-se suplentes – as próprias organizações indicam os seus representantes. O mandato tem duração de dois anos, podendo ser reconduzido mediante novo processo eleitoral. A composição atual do Conanda pode ser observada no quadro 2. É importante notar que os representantes da sociedade civil aqui listados foram eleitos em dezembro de 2010.

QUADRO 2
Composição do Conanda para o biênio 2011-2012

Poder público federal

1. Casa Civil da Presidência da República
2. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome
3. Ministério da Cultura
4. Ministério da Educação
5. Ministério do Esporte
6. Ministério da Fazenda
7. Ministério da Previdência Social
8. Ministério da Saúde
9. Ministério das Relações Exteriores
10. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
11. Ministério do Trabalho e Emprego
12. Ministério da Justiça
13. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
14. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Sociedade civil

Titulares

1. Central Única dos Trabalhadores (CUT)
2. Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP)
3. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
4. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)/Pastoral do Menor
5. Inspetoria São João Bosco (Salesianos)
6. Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da CNBB
7. União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee)
8. Aldeias Infantis SOS/Brasil
9. Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços
10. Federação Nacional das Apae's (Fenapaes)
11. Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (FENATIBREF)
12. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
13. Movimento Nacional de Direitos Humanos
14. Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho (SLCSA)

Suplentes

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
2. Conselho Federal de Psicologia
3. Sociedade Brasileira de Pediatria
4. Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais (Abrato)
5. Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS)
6. Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança (ABRINQ)
7. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
8. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
9. Criança Segura
10. Federação Nacional das Associações para Valorização de Pessoa com Deficiência
11. Fundação Orsa
12. Visão Mundial
13. Associação Brasileira de Autismo
14. Força Sindical

Fonte: Portal dos direitos da criança e do adolescente, disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/conanda>. Acesso em: 2 dez. 2011.

3.4 Organização

De acordo com seu regimento interno (BRASIL, 2006), o Conanda se organiza em torno da seguinte estrutura funcional: Plenário, Presidência, Secretaria Executiva, comissões permanentes e grupos temáticos. O Plenário é o fórum de deliberação plena e conclusiva do conselho. Ao Plenário cabe empreender reflexões e discussões sobre as matérias encaminhadas ao conselho, bem como tomar as decisões que lhe são cabíveis por meio de resoluções. Compete ainda ao Plenário escolher o presidente e o vice-presidente do Conanda na primeira assembleia ordinária de cada ano, havendo alternância entre sociedade civil e poder público no exercício dos cargos de presidente e vice-presidente, cujos mandados têm duração de um ano.

Cabe à Secretaria Executiva promover o apoio administrativo, técnico e jurídico e os meios necessários à execução dos trabalhos do conselho e seu pleno funcionamento. Além de elaborar as pautas de discussão e secretariar as assembleias, a Secretaria é responsável

por elaborar, registrar, encaminhar e arquivar os documentos e correspondências determinados pelo Plenário ou pela Presidência, bem como divulgar as resoluções do conselho. A Secretaria Executiva é constituída pelo secretário-executivo – que não deve ser um dos conselheiros – e demais servidores designados pela SDH/PR.

No que se refere às comissões permanentes e aos grupos temáticos, estes têm como finalidade subsidiar o processo de tomada de decisão dentro do Conanda, a partir da elaboração de estudos e propostas que corroborem a discussão em plenária. As comissões são de natureza técnica e têm caráter permanente; os grupos temáticos, por sua vez, têm caráter transitório e são criados para tratar de assuntos específicos quando se verifica a necessidade. Desde março de 2009, são quatro as comissões permanentes em funcionamento:

- políticas públicas para a infância e a adolescência;
- orçamentos e finanças;
- mobilização e formação; e
- políticas públicas.

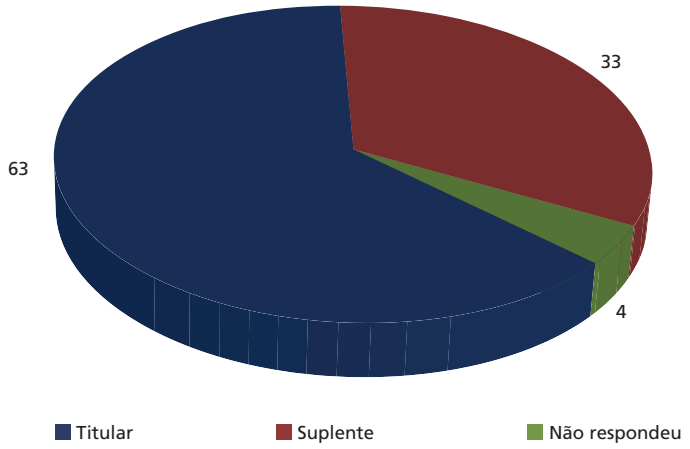
As comissões permanentes e os grupos temáticos são constituídos respeitando-se a paridade na sua composição. Possuem no mínimo oito membros, escolhidos entre todos os conselheiros do Conanda, de acordo com o interesse e a área de atuação de cada um. Cada comissão ou grupo temático possui um coordenador e um relator, sendo este último responsável pela exposição do parecer sobre a matéria em pauta nas plenárias, nas quais estes pareceres são deliberados.

4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CONANDA

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo 1) no Conanda. A descrição é dividida em três blocos, os quais expressam, respectivamente, o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros, a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e sua percepção sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos acompanhados por parágrafos explicativos.

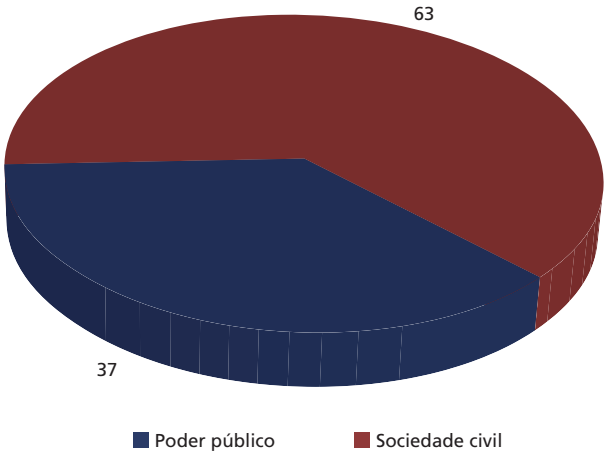
Inicialmente, verifica-se a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho, ou seja, se titular ou suplente (gráfico 1). Conforme se pode observar, 63% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do Conanda, enquanto 33% são suplentes – 4% não responderam.

GRÁFICO 1
Situação no conselho
(Em%)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2
Amostra segundo o setor de representação
(Em%)



Elaboração dos autores.

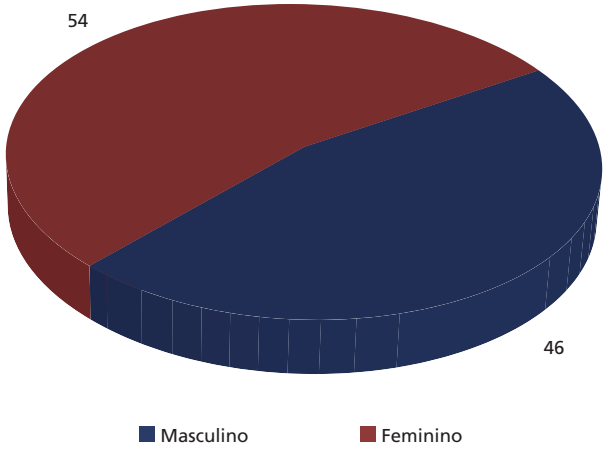
O gráfico 2 nos oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação. Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 63% pertencem à sociedade civil e 37% pertencem às instituições do poder público. Tendo em vista que a composição do conselho é paritária, há uma sobrerrepresentação da sociedade civil em relação ao poder público na amostra.

4.1 Bloco 1: perfil dos conselheiros

Este bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.1.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3
Conselheiros segundo o sexo
(Em%)

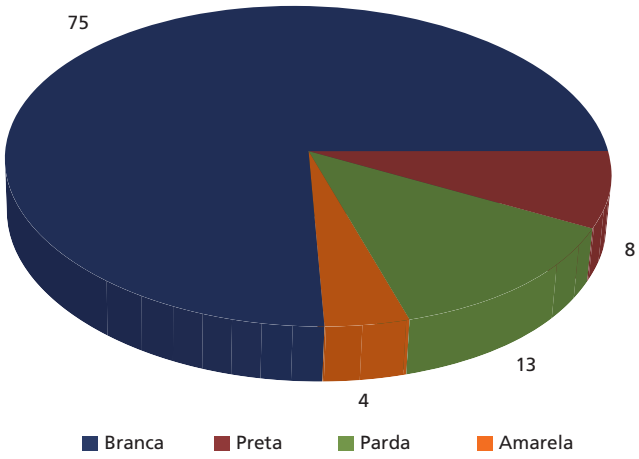


Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico demonstra, há certo equilíbrio entre a presença de mulheres e homens no conselho, embora haja uma leve predominância (54%) feminina entre os conselheiros. Isto diferencia o Conanda, como instância de democracia participativa, do Congresso Nacional – legítima casa de democracia representativa – posto que no Congresso Nacional as mulheres estão significativamente sub-representadas, ocupando menos de 10% das cadeiras – são 43 parlamentares do sexo feminino contra 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011).

4.1.2 Conselheiros segundo a cor/raça

GRÁFICO 4
Conselheiros segundo a cor/raça
(Em%)



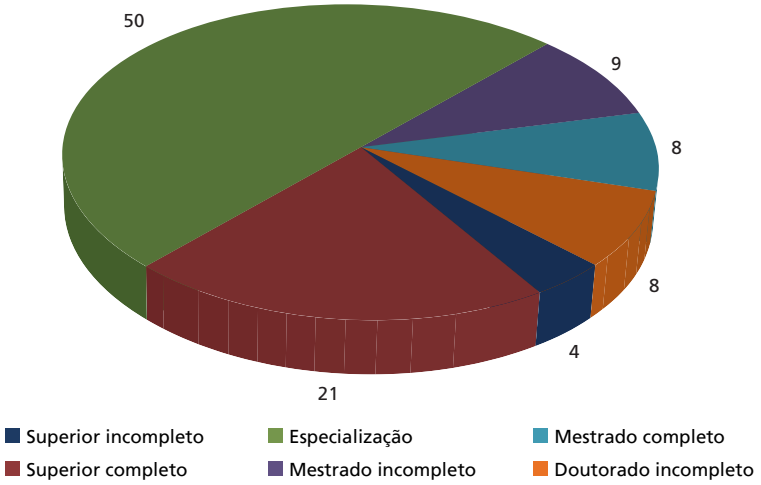
Elaboração dos autores.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o Conanda é composto majoritariamente por conselheiros que se declaram de cor branca (75%). Dos demais, 13% se consideram pardos, 8% pretos e 4% amarelos. As opções de cor disponíveis nesta questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) no Censo 2010 e incluíam:

branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnicos raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, "os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos" (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros
(Em%)



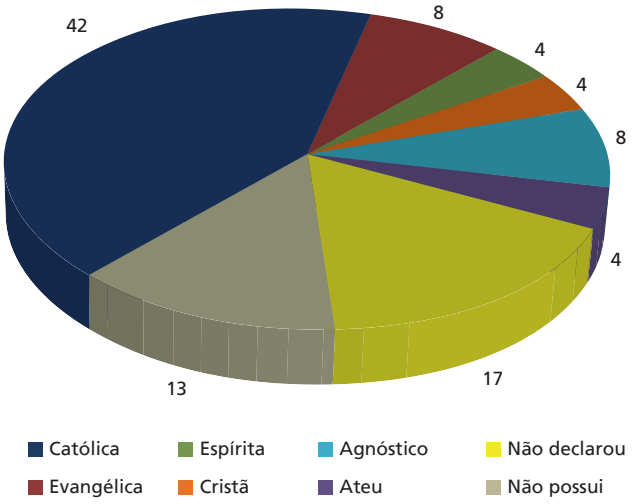
Elaboração dos autores.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela que conselheiros do Conanda possuem escolaridade elevada, superior à média nacional. Noventa e seis por cento dos representantes têm ensino superior completo, sendo que destes, 75% têm algum tipo de especialização ou pós-graduação concluída ou em andamento.

4.1.4 Religião dos conselheiros

Pode-se observar, pelo gráfico 6, a divisão dos conselheiros por religião ou culto. Utilizaram-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: "qual sua religião ou culto?". Desta forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros
(Em%)

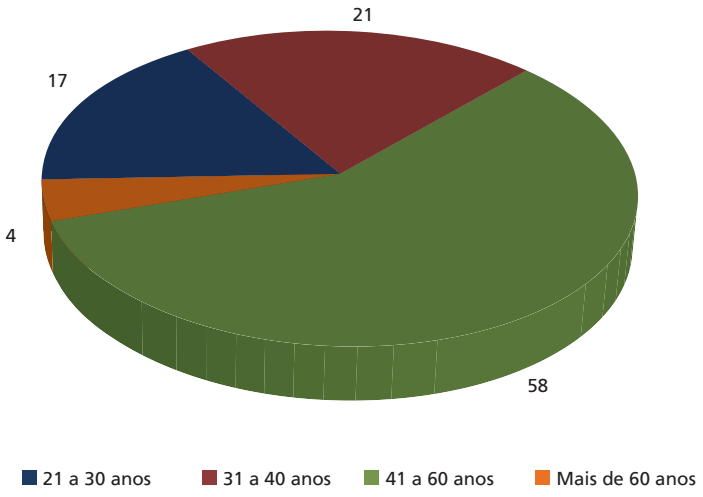


Elaboração dos autores.

Os conselheiros do Conanda declararam ser, predominantemente, católicos (42%). Dos demais, 8% se disseram evangélicos, 8% agnósticos, 4% espíritas, 4% cristãos e 4% ateus – 13% afirmaram não possuir religião alguma e 17% optaram por não responder.

4.1.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7
Faixa etária dos conselheiros
(Em%)



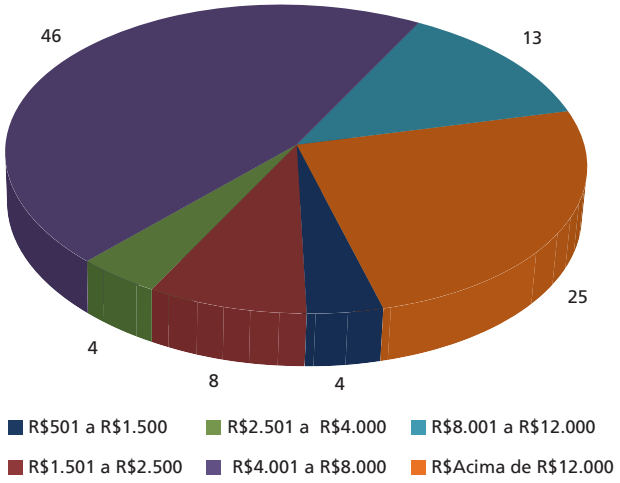
Elaboração dos autores.

Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que existe no Conanda uma predominância de conselheiros na faixa etária de 41 a 60 anos (58%). Entre os outros representantes, 21% declararam possuir entre 31 e 40 anos, enquanto 17% disseram ter entre 21 e 30 anos, e 4% mais de 60 anos. Isto revela um perfil, *grosso modo*, mais amadurecido entre os conselheiros.

4.1.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os meses de maio de 2008 e 2009 pelo IBGE, abarcando uma amostra de 60 mil domicílios urbanos e rurais, a família brasileira tem um rendimento médio de R$ 2.763,47 (IBGE, 2010b). A partir do gráfico 8, é possível verificar que, no Conanda, apenas cerca de 12% dos conselheiros estão abaixo da média apontada pelo IBGE. Há uma predominância, neste caso, de conselheiros na faixa de renda entre R$ 4.001 e R$ 8 mil, que correspondem a 46% do total de respondentes. Chama atenção ainda o fato que a segunda faixa de renda a congregar uma proporção maior de representantes é a faixa daqueles que têm renda maior que R$ 12 mil. Dos demais conselheiros, 4% possuem renda familiar média mensal entre R$ 2.501 e R$ 4 mil e 13% entre R$ 8.001 e R$ 12 mil. A renda mensal familiar foi sistematizada por meio das faixas de renda adotadas pelo IBGE.

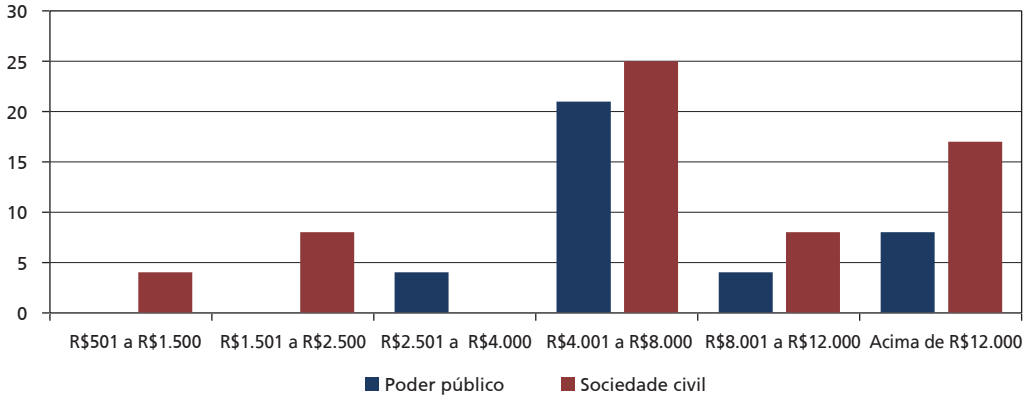
GRÁFICO 8
Conselheiros segundo renda familiar média mensal
(Em%)



Elaboração dos autores.

Renda familiar mensal por segmento

GRÁFICO 9
Renda familiar média mensal por setor



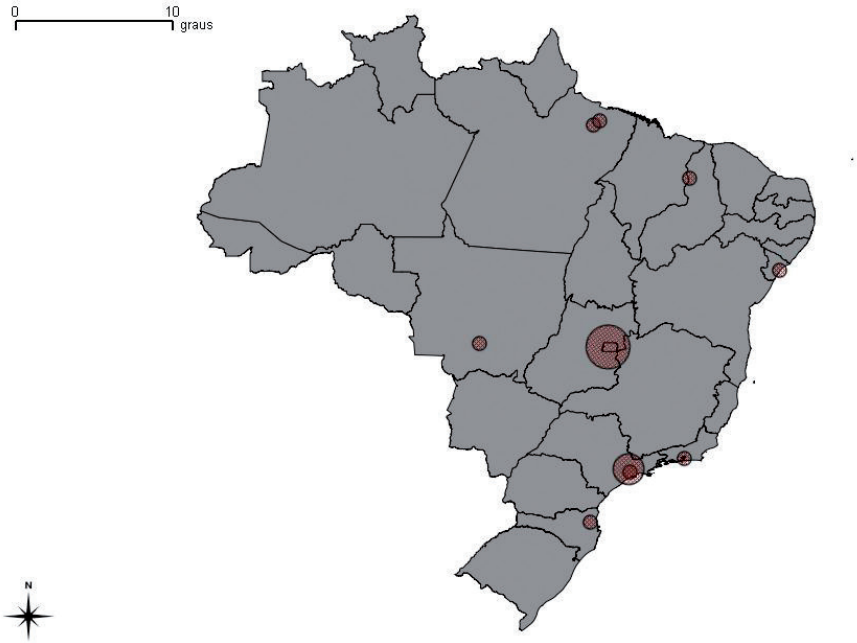
Elaboração dos autores.

Analisando-se a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), é possível perceber que a faixa de renda entre R$ 4.001 e R$ 8 mil, a que concentra a maior proporção de representantes, apresenta um equilíbrio relativo entre conselheiros do poder público e da sociedade civil. Também se nota que os representantes da sociedade civil, ao mesmo tempo em que são os únicos que aparecem nas faixas de renda mais baixas (R$ 501 a R$ 1.500 e R$ 1.501 a R$ 2.500), também aparecem em maioria nas faixas mais altas (acima de R$ 8 mil).

4.1.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (figura 1). Neste mapa, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados no quadro 3. Nota-se que o Conanda possui representantes localizados nas diversas macrorregiões do país, o que significa que há uma diversidade interessante neste sentido. As regiões de São Paulo e do Distrito Federal são as que possuem o maior número de representantes, embora no caso da segunda isto não surpreenda, visto que os órgãos federais têm sede na capital federal.

FIGURA1
Distribuição geográfica dos conselheiros do Conanda



Elaboração dos autores.

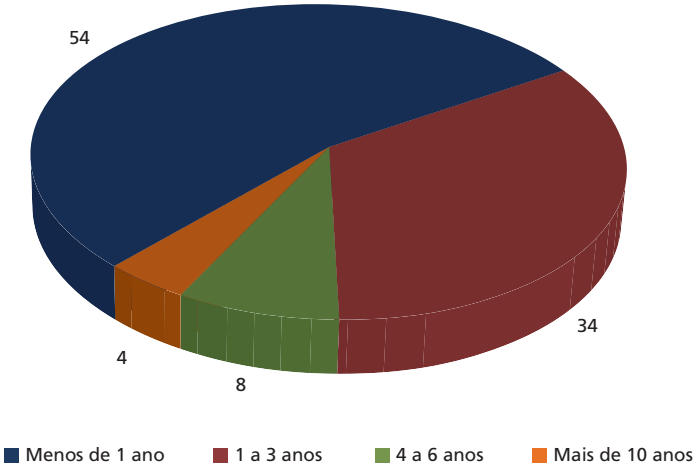
QUADRO 3
Distribuição dos conselheiros por município

Município/UF de residência	Frequência
Abaetetuba-PA	1
Aracaju-SE	1
Belém-PA	1
Blumenau-SC	1
Brasília-DF	10
Campo Grande-MS	1
Cuiabá-MT	1
Niterói-RJ	1
São Bernardo do Campo-SP	1
São Paulo-SP	5
Teresina-PI	1
Total	**24**

Elaboração dos autores.

4.1.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

GRÁFICO 10
Conselheiros segundo o tempo no conselho
(Em %)

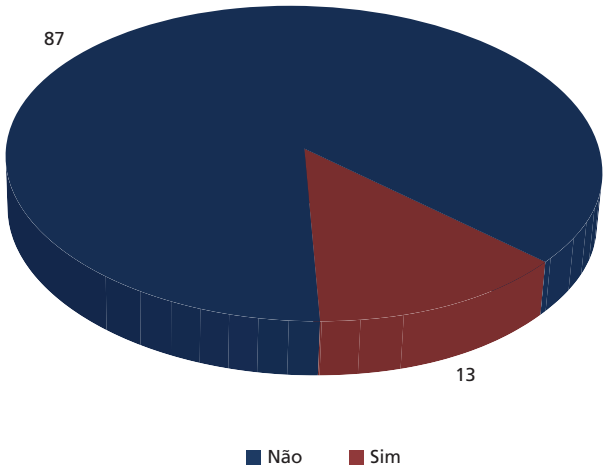


Elaboração dos autores.

Observa-se, no gráfico 10, que 54% dos conselheiros estão no Conanda a menos de um ano, ao passo que 34% estão no conselho entre um e três anos. Isto poderia indicar que existe um índice relativamente alto de rotatividade no conselho, para o qual corrobora o próprio período do mandato das entidades (dois anos) e a possibilidade de uma única recondução. Oito por cento dos conselheiros indicaram integrá-lo a mais de quatro e menos de seis anos, enquanto 4% estão no conselho a mais de dez anos.

4.1.9 Representação de outros setores dentro do conselho

GRÁFICO 11
Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
(Em %)



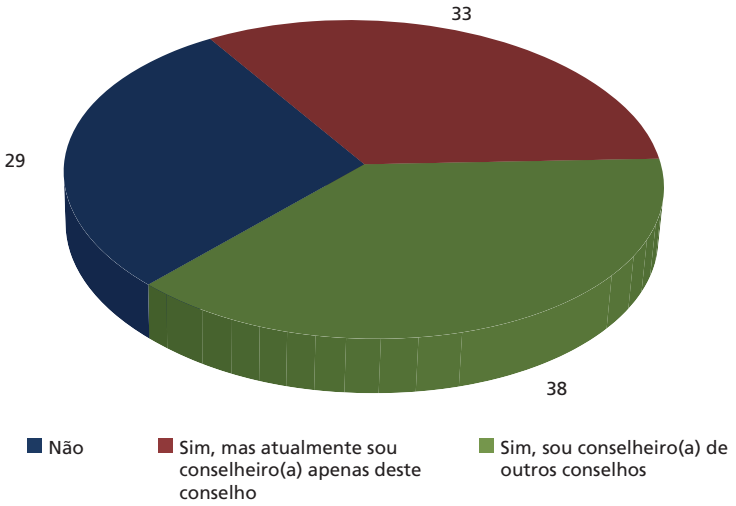
Elaboração dos autores.

O gráfico 11 mostra que apenas 13% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores dentro do Conanda, antes da representação atual. Os outros 87% nunca representaram setor diverso do atual.

4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do Conanda.

GRÁFICO 12
Participação dos conselheiros em outros conselhos
(Em %)



Elaboração dos autores.

Vinte e nove por cento dos conselheiros disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 71% dos conselheiros já foram ou são ainda conselheiros de outros conselhos. O quadro 4 especifica qual o tipo de conselho (nacional,

estadual, municipal, relacionados a qualquer temática) dos quais os 71% que responderam "sim" à questão anterior já participaram ou participam. Como é possível perceber a partir do quadro 4, a maior parte dos conselheiros participa ou participou apenas de conselhos nacionais (5), seguido por aqueles que atuam ou atuaram em conselhos municipais (4) e daqueles que tiveram ou têm atuação a níveis estadual e municipal (4). Dois conselheiros participam ou participaram a nível tanto nacional quanto estadual. Outras opções não tiveram mais que uma resposta.

QUADRO 4
Atuação em conselhos fora do Conanda

Tipo de conselho	Quantidade de conselheiros
Conselho apenas nacional	5
Conselho apenas estadual	1
Conselho apenas municipal	4
Conselhos nacional e estadual	2
Conselhos nacional e municipal	1
Conselhos estadual e municipal	4
Total	**17**

Elaboração dos autores.

QUADRO 5
Resumo do perfil dos conselheiros do Conanda

Gênero	54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino
Cor/raça	75% dos conselheiros se declaram de cor branca, 13% parda, 8% preta e 4% amarela
Escolaridade	4% superior incompleto, 21% superior completo, 50% especialização, 9% mestrado incompleto, 8% mestrado completo e 8% doutorado incompleto
Religião ou culto	42% católica, 13% não possuem, 8% evangélica, 8% agnóstico, 4% espírita, 4% cristã, 4% ateu e 17% não declararam
Faixa etária	58% entre 41 e 60 anos, 21% entre 31 a 40 anos, 17% entre 21 a 30 anos e 4% com mais de 60 anos
Renda mensal média familiar	4% com renda entre R$ 501 e R$ 1.500, 8% entre R$ 1.501 e R$ 2.500, 4% entre R$ 2.501 a R$ 4 mil, 46% entre R$ 4.001 e R$ 8 mil, 13% entre R$ 8.001 e R$ 12 mil, 25% acima de R$ 12 mil
Tempo no conselho	54% a menos de um ano, 34% entre um e três anos, 8% de quatro a seis anos e 4% a mais de dez anos
Representação anterior de outros setores dentro do Conanda	87% dos conselheiros nunca representaram outros setores dentro do conselho e apenas 13% já o fizeram
Participação em outros conselhos	71% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 29% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos

Elaboração dos autores.

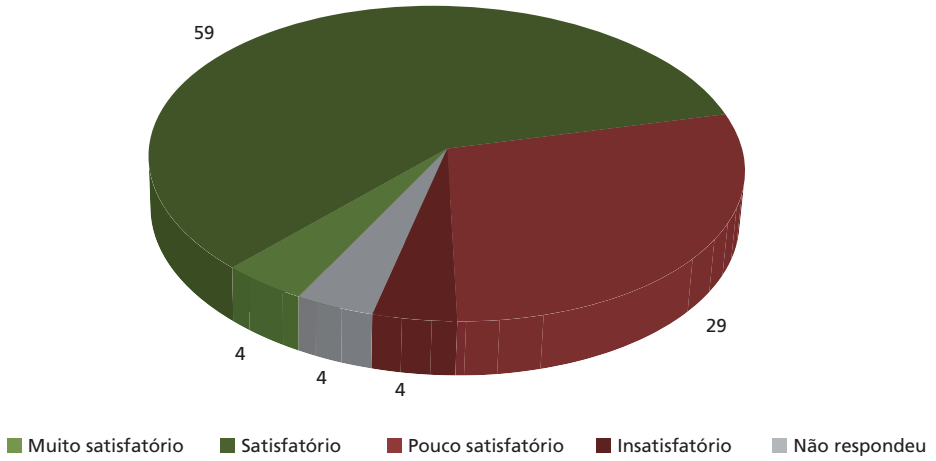
4.2 Bloco 2: atuação dos conselheiros(as)

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação como conselheiro, interesses que eles entendem defender, articulação entre setores do conselho, interação e formas de comunicação com a base de apoio.[2] Os gráficos desta primeira seção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: "muito satisfatória", "satisfatória", "pouco satisfatória", "insatisfatória" e "não sabe/não se aplica".

2. Considerou-se como "base de apoio" o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

4.2.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 13
Número total de conselheiros
(Em %)

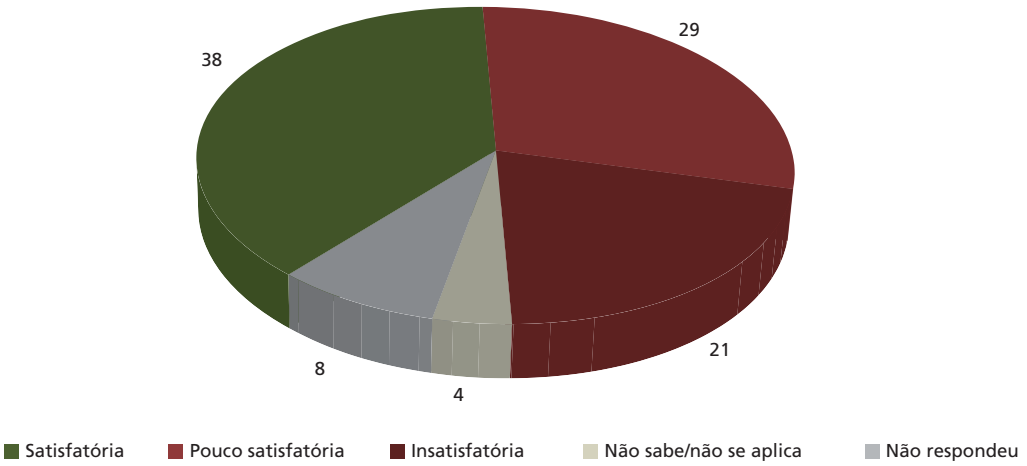


Elaboração dos autores.

Dos conselheiros do Conanda que responderam ao questionário, a maioria (59%) considera o número total de conselheiros que compõe o conselho como satisfatório. Entre os demais, 4% disseram considerá-lo muito satisfatório, ao passo que 29% afirmam ser pouco satisfatório e 4 % insatisfatório. Quatro por cento não responderam.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados
(Em %)

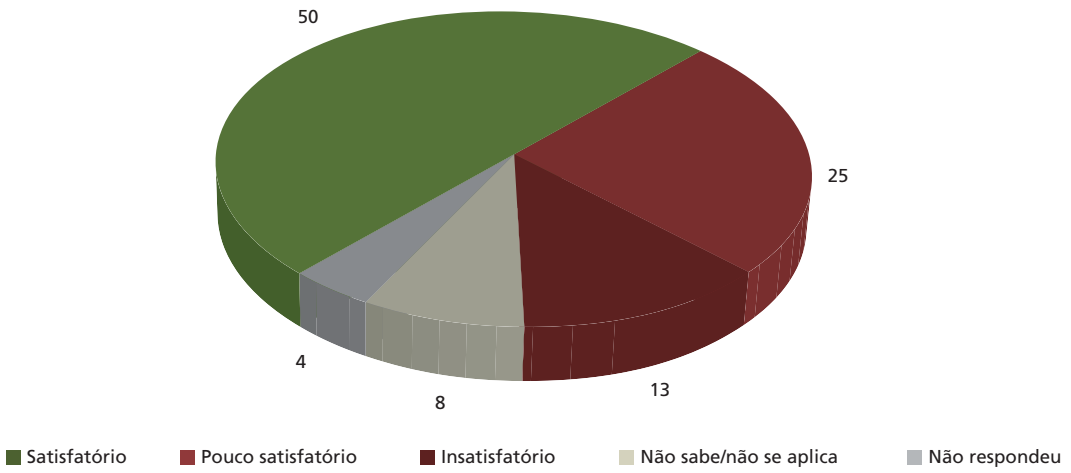


Elaboração dos autores.

Como é possível observar pelo gráfico 14, para a diversidade dos setores representados, a avaliação torna-se mais negativa, sendo que 29% dos representantes consideram-na pouco satisfatória e 21% insatisfatória. Em contrapartida, 38% disseram achar a diversidade interna satisfatória.

4.2.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

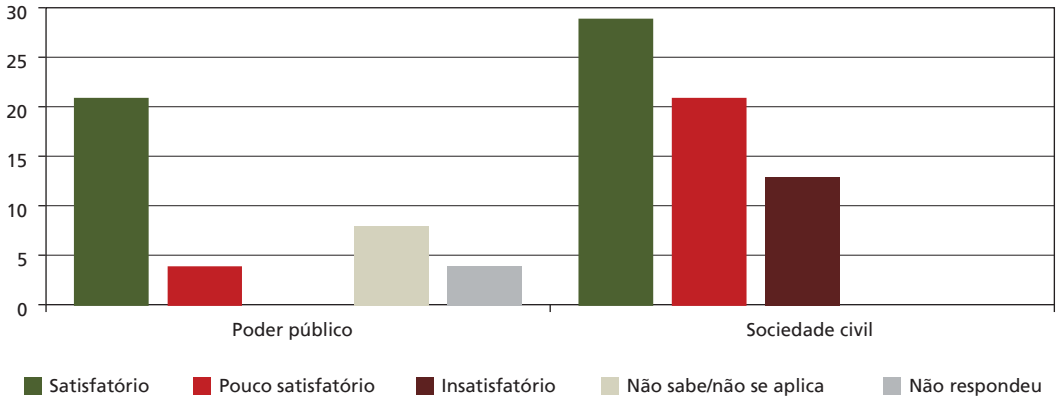
GRÁFICO 15
Número de conselheiros em cada setor
(Em %)



Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 15, quando se pede aos conselheiros para avaliar o número de conselheiros por setor, o nível de satisfação varia comparado à avaliação do número total de conselheiros no conselho. Enquanto 50% dos conselheiros consideram satisfatório o número de conselheiros por setor, 25% avaliam-no como pouco satisfatório e 13% como insatisfatório. Oito por cento não responderam e 4% disseram não saber ou não se aplicar.

GRÁFICO 16
Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento

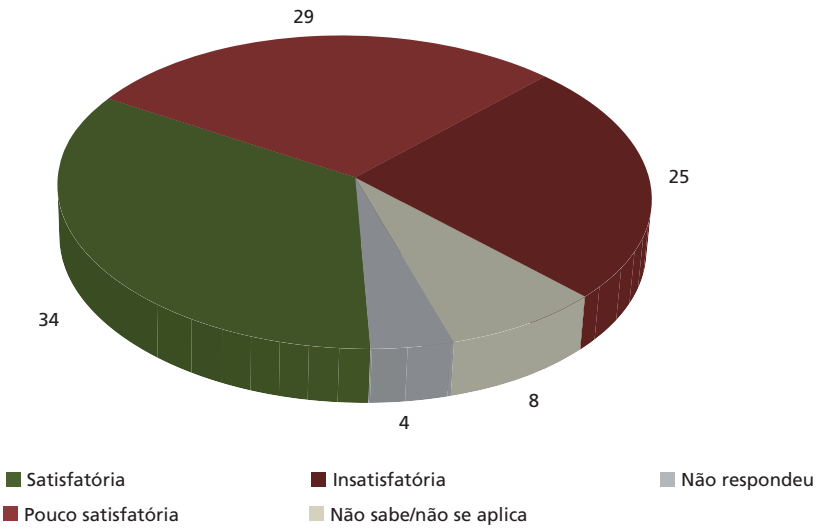


Elaboração dos autores.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada dessa questão, ao mostrar as respostas por segmento. As avaliações negativas vêm predominantemente da sociedade civil, o que indica uma insatisfação por parte dos representantes deste segmento com a composição do conselho.

4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 17
Forma de escolha das entidades com assento no conselho
(Em %)

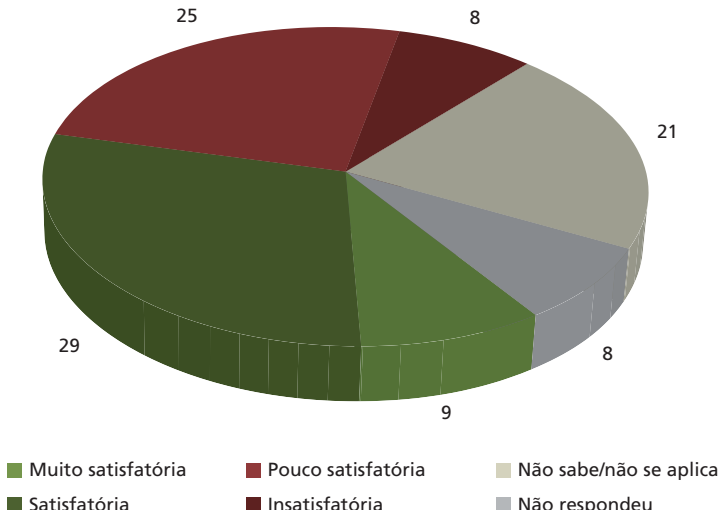


Elaboração dos autores.

Mais da metade dos conselheiros avalia a forma de escolha das entidades dentro do conselho como pouco satisfatória (29%) ou insatisfatória (25%), ao passo que 34% se dizem satisfeitos com este aspecto. Mais uma vez, estes dados levantam questões sobre a percepção da composição do Conanda e sobre a necessidade de revisar a maneira como o processo de escolhas das entidades é feito.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 18
Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
(Em %)



Elaboração dos autores.

Quanto à escolha dos conselheiros dentro das entidades, percebe-se uma avaliação mais equilibrada. Trinta e oito por cento dos representantes a consideram satisfatória ou muito

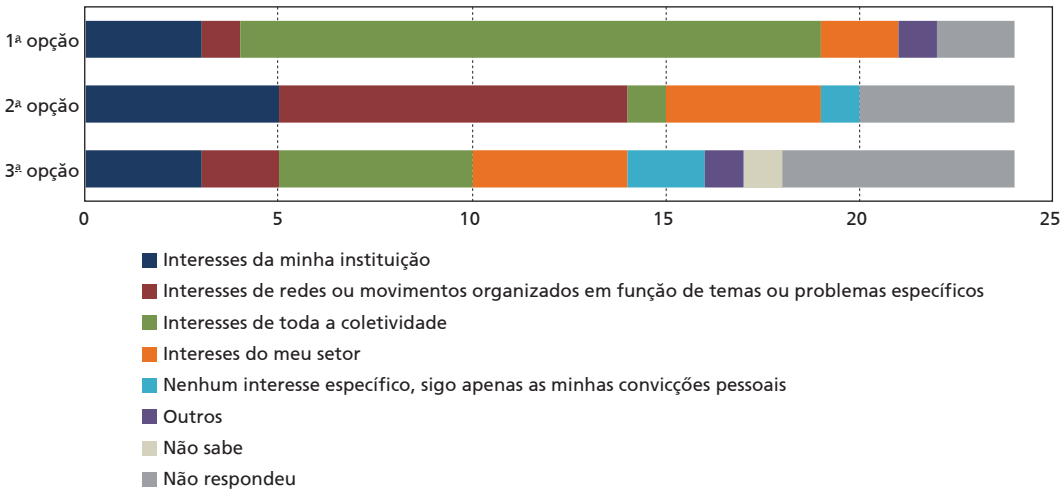
satisfatória, enquanto 33% avaliam-na como pouco satisfatória ou insatisfatória. A proporção (29%) de conselheiros que não responderam ou que marcaram a opção "não sabe/não se aplica" poderia indicar que nem todos conhecem como funcionam estes mecanismos de escolha, os quais possivelmente são diversos e variam para cada entidade.

4.2.6 Interesses prioritários

Ao serem questionados sobre quais interesses os mesmos defenderiam, foi solicitado que o conselheiro marcasse uma das seguintes opções: "nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais"; "interesses da minha instituição"; "interesses do meu setor"; "interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos"; e "interesses de toda a coletividade". Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro. Consideraram-se somente as respostas nas quais foi marcada apenas uma opção para cada ordem de prioridade.

O gráfico 19 ilustra, comparativamente, a frequência com que cada resposta foi marcada como um interesse defendido como primeira, segunda ou terceira opção. Nota-se que os interesses da coletividade são apontados como os mais defendidos prioritariamente pelos representantes do Conanda, sendo que outras respostas aparecem de maneira menos expressiva. Como segunda opção, aparecem principalmente os "interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos", seguido dos interesses da instituição representada e dos interesses do setor. Finalmente, com relação à terceira opção, as respostas parecem mais equilibradas, embora predominem interesses da coletividade, interesses do setor representado e, um pouco menos, interesses da instituição. A categoria "nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais" aparece apenas como segunda ou terceira opções.

GRÁFICO 19
Interesses prioritários

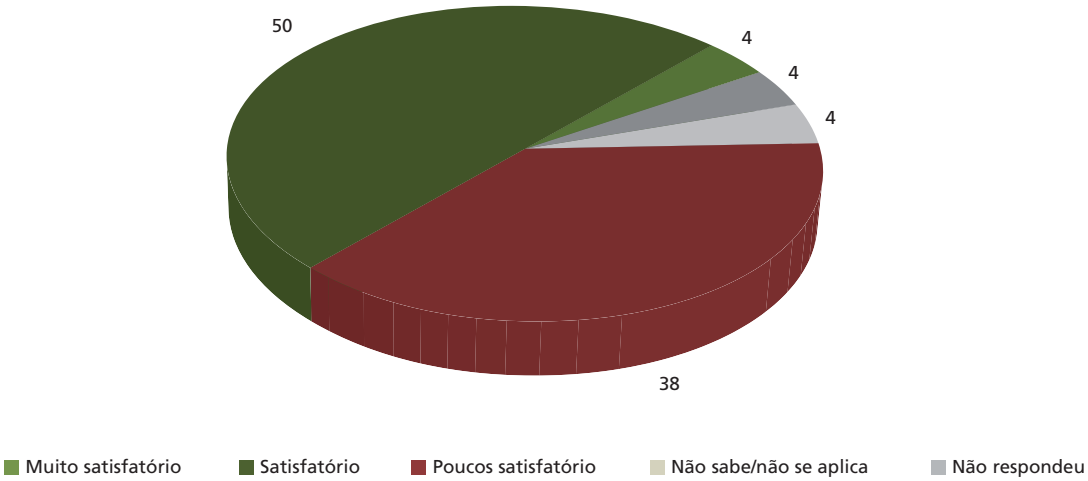


Elaboração dos autores.

4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem o conselho

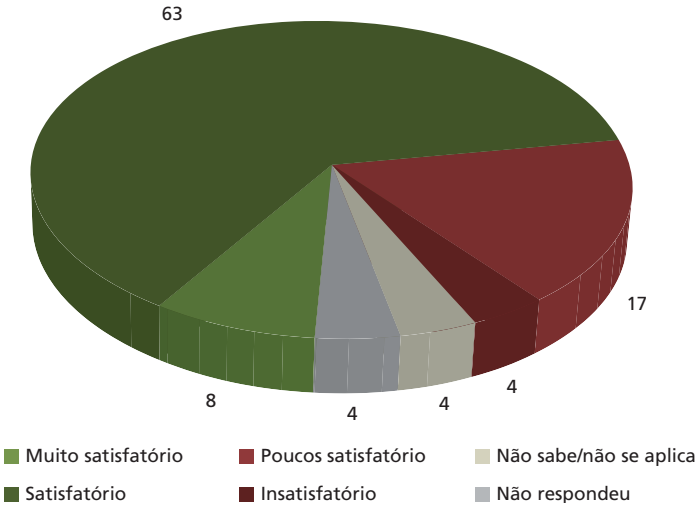
Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o Conanda.

GRÁFICO 20
Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
(Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 21
Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
(Em %)

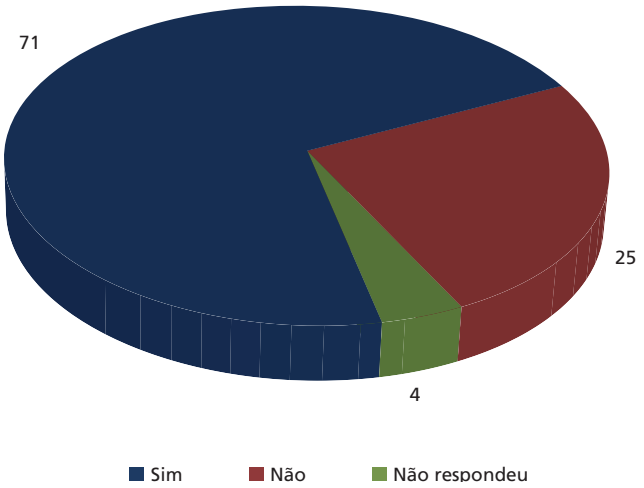


Elaboração dos autores.

Embora mais da metade dos conselheiros pareça estar satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação tanto com o poder público, quanto com a sociedade civil, é possível verificar que, comparativamente, existe uma insatisfação maior com o nível de articulação entre os conselheiros e o segmento do poder público.

4.2.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 22
Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
(Em %)

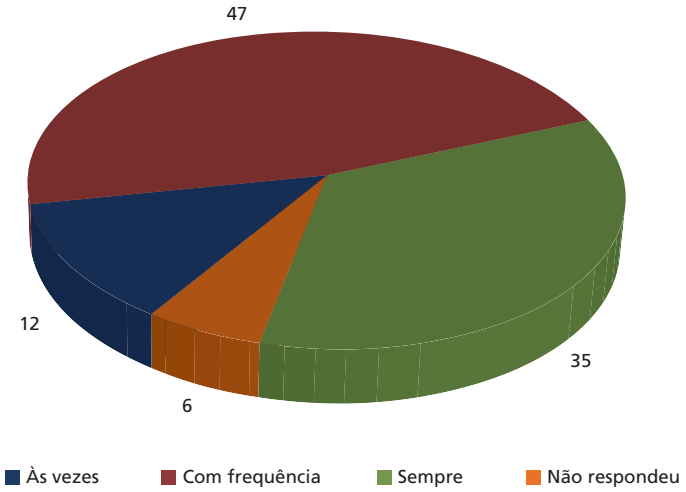


Elaboração dos autores.

Na resposta à questão "no exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?", 71% dos conselheiros afirmam possuir base de apoio, ou seja, 17 conselheiros do total de 24 respondentes. Entre os 17 que afirmaram "sim" à pergunta, é importante notar que 13 integram entidades da sociedade civil e quatro representam o poder público. Dos demais, 25% afirmaram não possuir base de apoio (seis conselheiros) e uma pessoa não respondeu.

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 23
Frequência de contato com a base de apoio
(Em %)



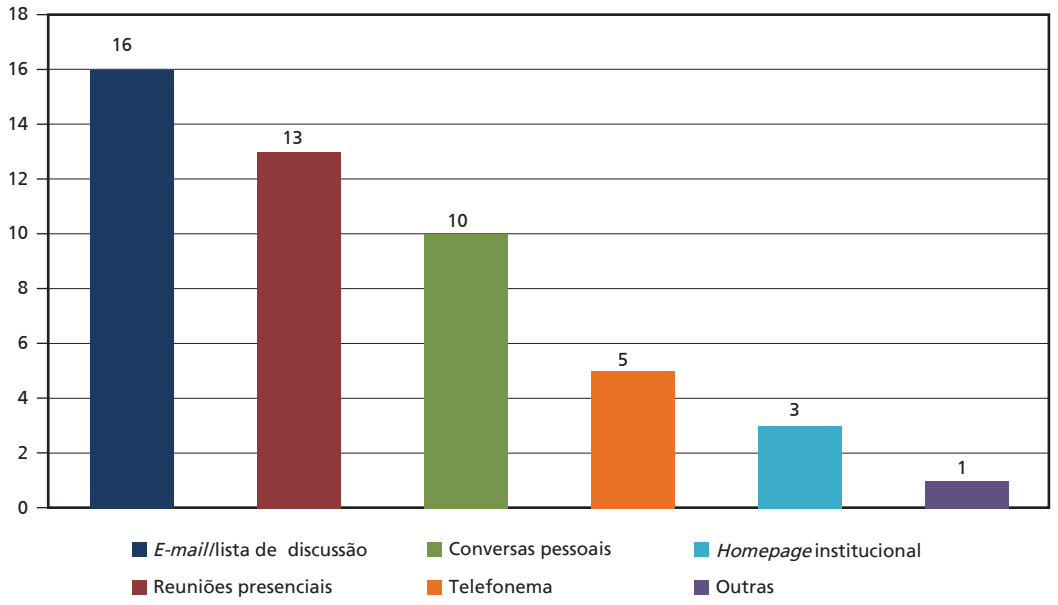
Elaboração dos autores.

Entre os 17 conselheiros que disseram possuir base de apoio, a maioria afirma manter contato com sua base de apoio com frequência (47%) ou sempre (35%). Dos demais, 12% mantêm contato às vezes e 6% não responderam.

4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

Entre os conselheiros que declararam possuir base de apoio, as principais formas de contato que estes utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 24 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 24
Principais formas de contato com a base de apoio



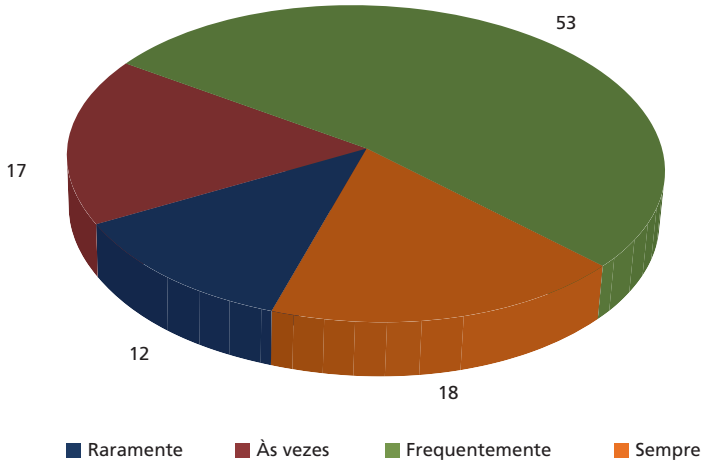
Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as listas e trocas de *e-mail* (16), as reuniões presenciais (13) e as conversas pessoais (10). Telefonemas são apontados por cinco conselheiros como forma de contato com as bases, enquanto a *homepage* institucional é citada por três pessoas. A opção "outras" refere-se ao uso de videoconferência. Novas formas de relacionamento digital, como Orkut e Facebook, não foram mencionadas como ferramentas de contato por nenhum dos conselheiros.

4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio

Esta seção analisa a frequência de consulta à base de apoio para diferentes finalidades. É importante ter em mente que as respostas referem-se ao conjunto daqueles conselheiros (17) que declararam possuir base de apoio.

Para definir/sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 25
Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
(Em %)

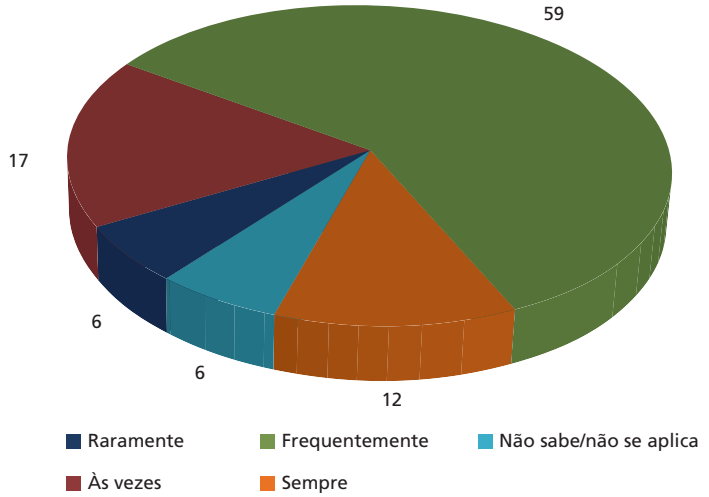


Elaboração dos autores.

A maioria dos conselheiros afirma comunicar-se frequentemente (53%) com suas bases a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. Dezoito por cento afirmam comunicar-se sempre com suas bases para esta finalidade, enquanto 17% fazem-no apenas às vezes e 12% raramente.

Para relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 26
Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
(Em %)

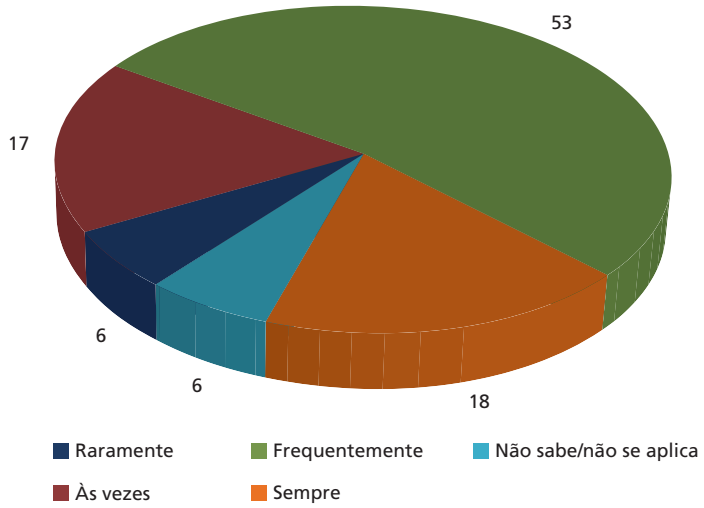


Elaboração dos autores.

A comunicação com as bases para relatar as atividades ocorridas no conselho é relativamente semelhante, sendo que 59% dos conselheiros disseram fazê-lo de maneira frequente e 12% sempre. Novamente, 17% afirmaram entrar em contato para esta finalidade às vezes. Seis por cento responderam que isto ocorre raramente e 6% disseram não saber ou não se aplicar.

Para prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 27
Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
(Em %)

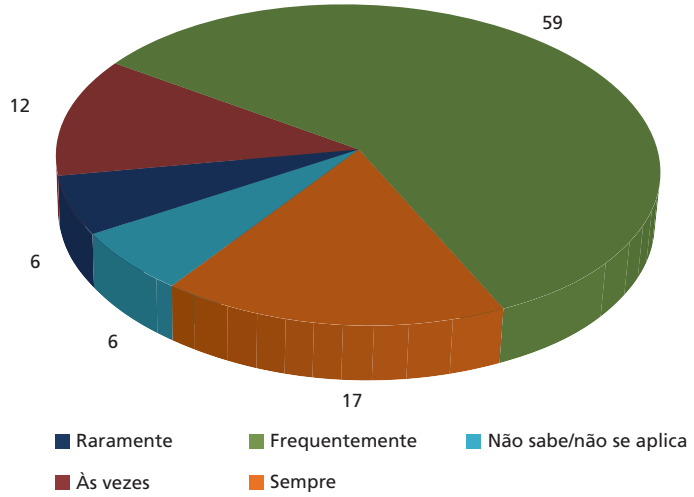


Elaboração dos autores.

Observa-se que, também para este aspecto, há um padrão relativamente semelhante na frequência de contato: 53% disseram que o contato para prestação de contas ocorre frequentemente, 18% responderem ocorrer sempre e 17% às vezes.

Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 28
Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
(Em %)



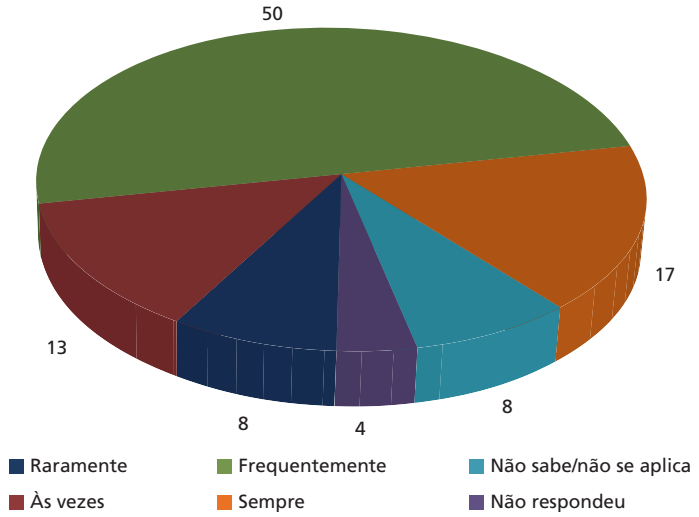
Elaboração dos autores.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, a frequência de contato permanece alta: 76% consideram que o contato ocorre frequentemente ou sempre.

4.3 Bloco 3: funcionamento do conselho

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do Conanda corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 29
Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
(Em %)



Elaboração dos autores.

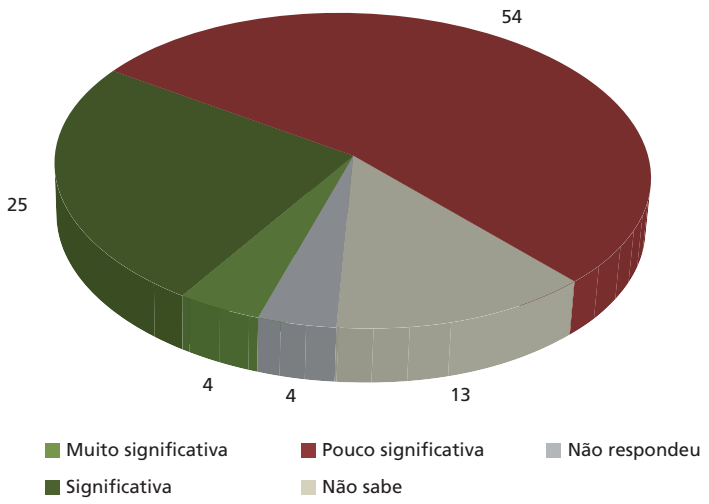
O gráfico 29 demonstra que metade dos representantes que integram o conselho acredita que a atuação dos conselheiros corresponde frequentemente aos interesses dos setores que representam. Dezessete por cento dos conselheiros indicaram que a correspondência ocorre sempre, enquanto 13% disseram que ela ocorre às vezes e 8% raramente. Oito por cento responderam "não sabe/não se aplica" e 4% optaram por não responder.

4.3.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nesta questão, o objetivo é obter a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o Conanda poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implantação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do CN

GRÁFICO 30
Influência na agenda do Congresso Nacional
(Em %)

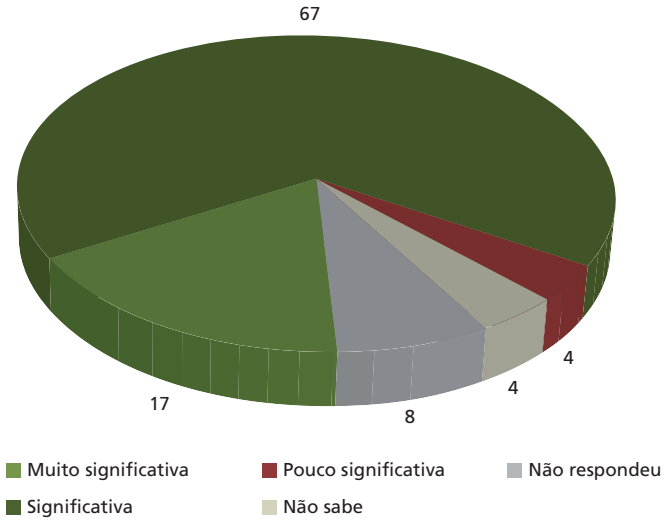


Elaboração dos autores.

A maior parte dos conselheiros (54%) considera a influência do Conanda sobre a agenda do CN pouco significativa. Entre aqueles que consideram haver alguma influência, 25% acreditam que esta é significativa, enquanto apenas 4% acham que ela é muito significativa. Dezessete por cento dos conselheiros não sabiam ou não responderam.

Influência do conselho nas políticas públicas da SDH/PR

GRÁFICO 31
Influência da atuação do conselho nas políticas públicas da SDH/PR
(Em %)

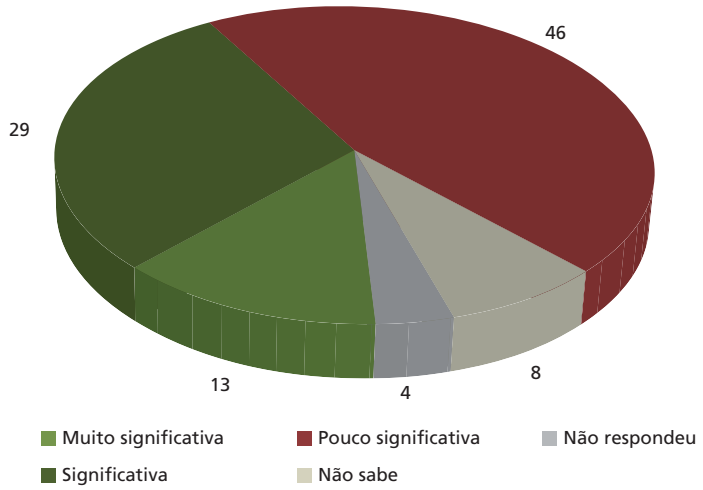


Elaboração dos autores.

Comparativamente à percepção sobre a influência do conselho sobre o CN, a avaliação da influência sobre as políticas da SDH/PR é muito positiva. Nota-se que 84% dos conselheiros acreditam que esta é significativa ou muito significativa. Apenas 4% disseram achar que o impacto é pouco significativo. Doze por cento disseram não saber ou não responderam.

Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

GRÁFICO 32
Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
(Em %)

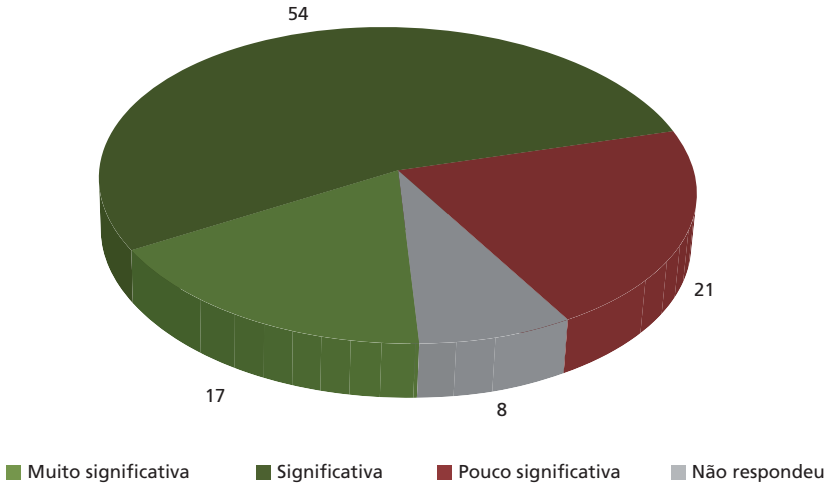


Elaboração dos autores.

Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais este está articulado, percebe-se um aumento da proporção de respostas negativas, dado que 46% dos conselheiros acreditam que a influência é pouco significativa. Vinte e nove por cento dos conselheiros, no entanto, acham que o impacto do Conanda sobre as políticas de outros ministérios é significativo e 13% acham que é muito significativo. Doze por cento não souberam ou optaram por não responder.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 33
Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
(Em %)



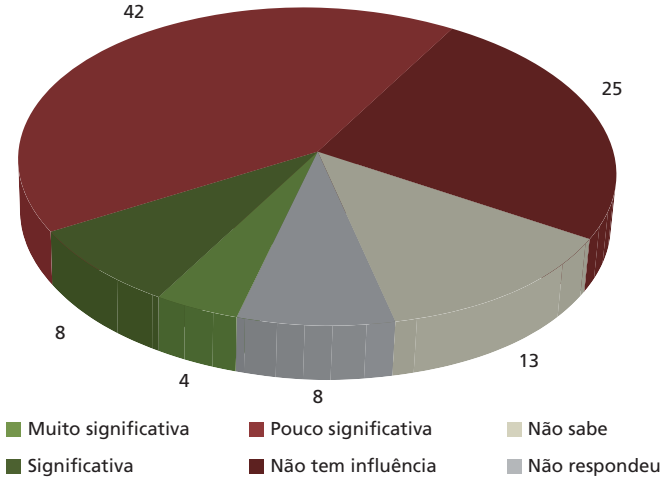
Elaboração dos autores.

Quanto ao impacto do conselho sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros é, sobretudo, positiva, com 54% dos conselheiros observando que este é significativo, e

muito significativo para outros 17%. Vinte e um por cento acham que a influência é pouco significativa e 8% não responderam.

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 34
Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
(Em %)

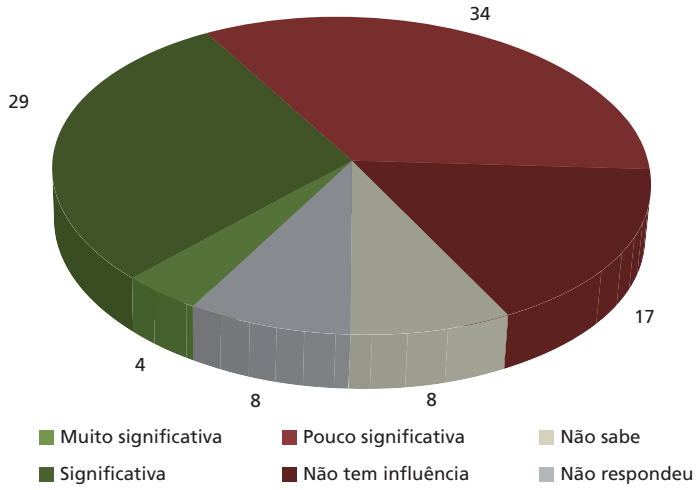


Elaboração dos autores.

Quando se aborda a influência sobre o setor privado, predominam as avaliações negativas: 42% dos representantes acreditam que esta é pouco significativa e 25% acham que não há influência alguma. Apenas 12% responderam acreditar que o conselho afeta significativamente ou muito significativamente o setor. Vinte e um por cento dos conselheiros optaram por não responder à questão ou não sabiam responder, o que poderia levantar questões sobre a capacidade de acompanhamento e monitoramento dos resultados e impactos das ações do conselho sobre o setor privado.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 35
Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
(Em %)



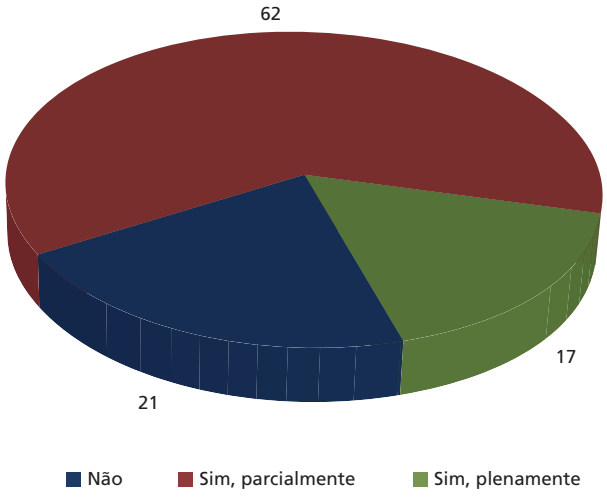
Elaboração dos autores.

Por fim, quanto à influência do Conanda sobre a opinião pública com relação à temática de promoção dos direitos da criança e do adolescente, percebe-se que a maior parte dos conselheiros que responderam à questão considera este impacto negativo: 34% dos conselheiros avaliam-no como pouco significativo e 17% como sem influência, ao passo que 29% o consideram significativo e apenas 4% como muito significativo. Uma possível explicação para esta avaliação pode ser a insatisfação – tratada mais adiante no gráfico 41 – com os meios de divulgação e comunicação do trabalho do conselho.

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se desta forma: "em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?". Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia as opções "não", "sim, parcialmente" e "sim, plenamente".

GRÁFICO 36
Compreensão dos assuntos tratados no conselho
(Em %)



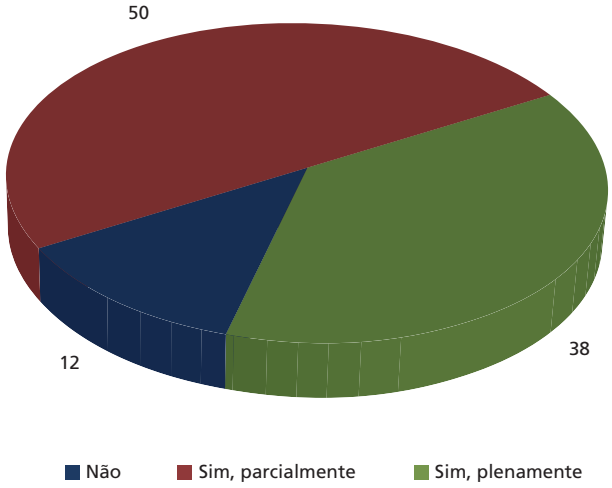
Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 36 ilustra, a maioria dos conselheiros (62%) acredita que seus colegas compreendem apenas parcialmente os assuntos tratados no conselho. Dezessete por cento disseram que a compreensão é plena e 21% disseram que os assuntos não são compreendidos.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: "não", "sim, parcialmente" e "sim, plenamente".

GRÁFICO 37
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
(Em %)



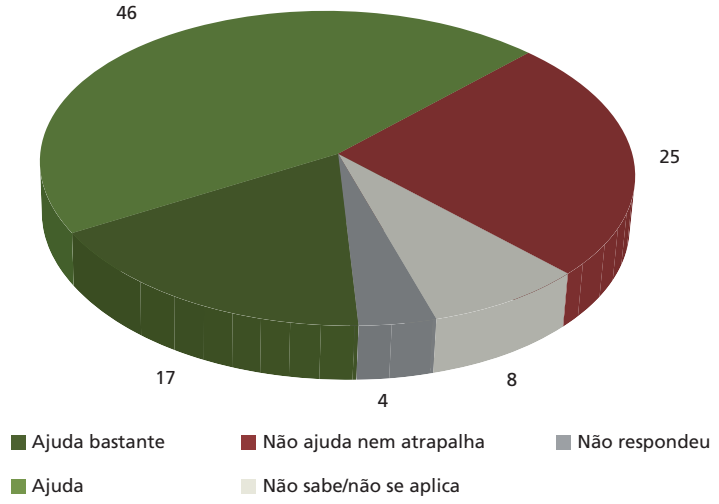
Elaboração dos autores.

Para essa questão, o resultado difere um pouco do item sobre a compreensão dos assuntos tratados. Percebe-se uma elevação da proporção de conselheiros que acreditam que a linguagem utilizada é compreendida plenamente (38%), enquanto a proporção daqueles que acreditam que esta compreensão só ocorre parcialmente fica em 50%. Há também um decréscimo da proporção de conselheiros que acreditam que a linguagem não é bem compreendida (12%).

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

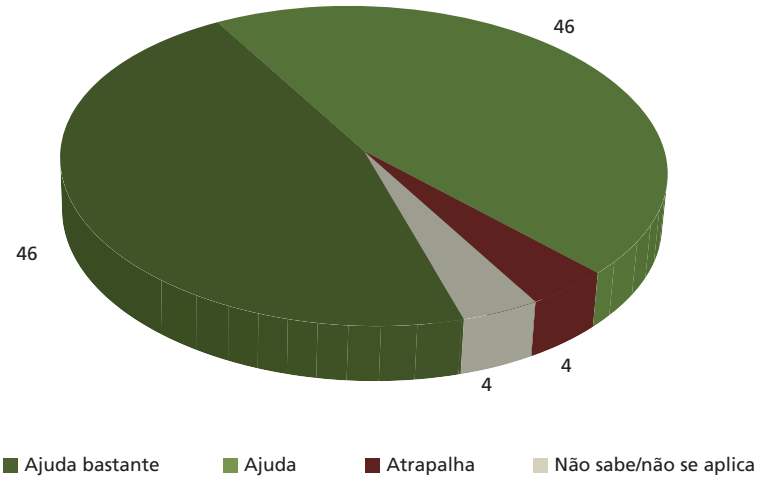
Neste item, pediram-se aos conselheiros para avaliar a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem. Como mostram os gráficos 38 e 39, a percepção da atuação da sociedade civil é, sobretudo, positiva – 92% acreditam que a participação deste setor ajuda ou ajuda bastante. No que se refere ao poder público, embora a avaliação seja em grande medida satisfatória – 63% acreditam que seus representantes ajudam ou ajudam bastante –, a proporção daqueles que acham que sua presença é indiferente (não ajudam, nem atrapalham) corresponde a 25%. É interessante perceber, no entanto, que nenhum dos conselheiros acha que o poder público atrapalha o andamento dos processos e discussões do conselho.

GRÁFICO 38
Atuação do poder público
(Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 39
Atuação da sociedade civil
(Em %)



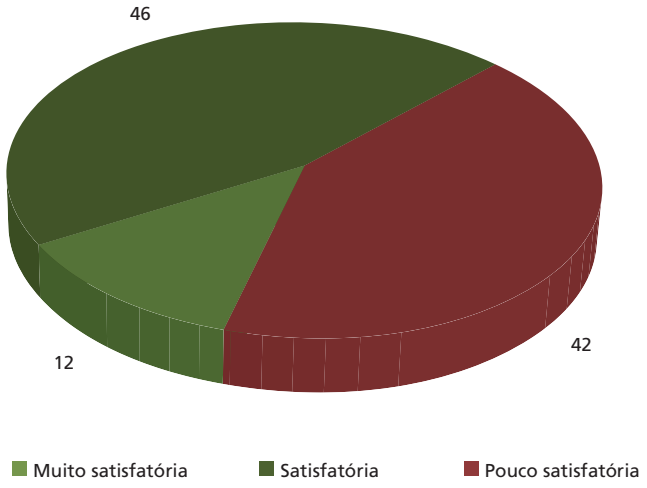
Elaboração dos autores.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Esta seção visa avaliar o nível de satisfação dos conselheiros em relação às estruturas administrativas e organizacionais do Conanda.

Avaliação da Secretaria Executiva

GRÁFICO 40
Secretaria Executiva do conselho
(Em %)

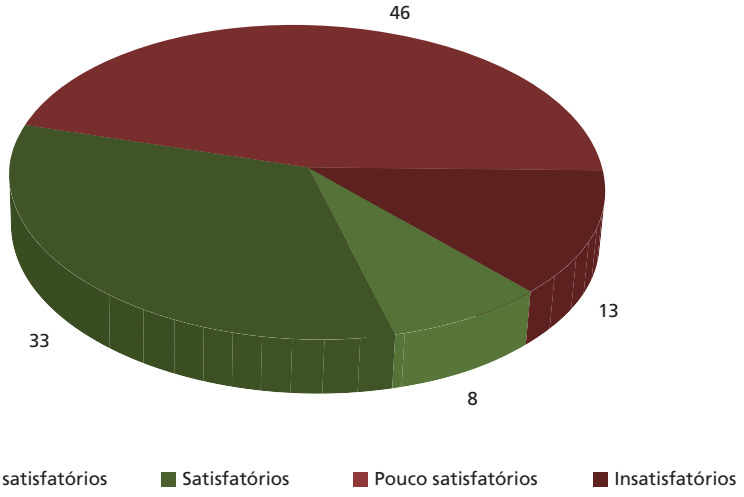


Elaboração dos autores.

Sobre o funcionamento da Secretaria Executiva, notam-se opiniões razoavelmente equilibradas. Enquanto 46% acreditam que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são satisfatórios e 12% acham que são muito satisfatórios, 42% avaliam-nos como pouco satisfatórios.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, website*, publicações)*

GRÁFICO 41
Meios de divulgação e comunicação
(Em %)

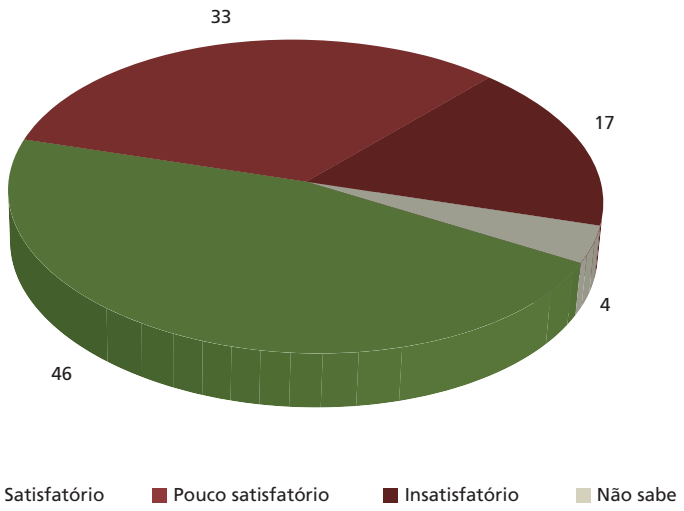


Elaboração dos autores.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação, tem-se novamente uma avaliação razoavelmente equilibrada, predominando percepções negativas: 59% acreditam ser pouco satisfatória ou insatisfatória. Por seu turno, 41% dos conselheiros acreditam que os meios de divulgação são satisfatórios ou muito satisfatórios.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 42
Regimento interno e resoluções
(Em %)

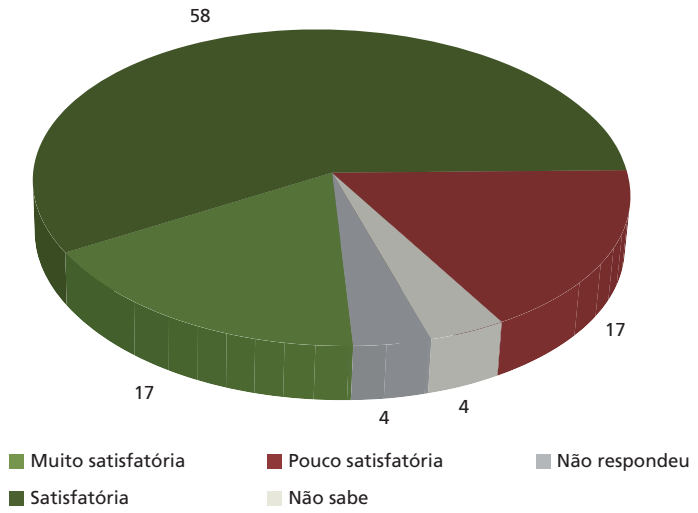


Elaboração dos autores.

Conforme ilustra o gráfico 42, na avaliação do regimento interno e resoluções do conselho, as opiniões divididas permanecem, dado que 46% dos conselheiros consideram estes aspectos satisfatórios, ao passo que 33% acham-nos pouco satisfatórios e 17% insatisfatórios.

Avaliação da Presidência do conselho

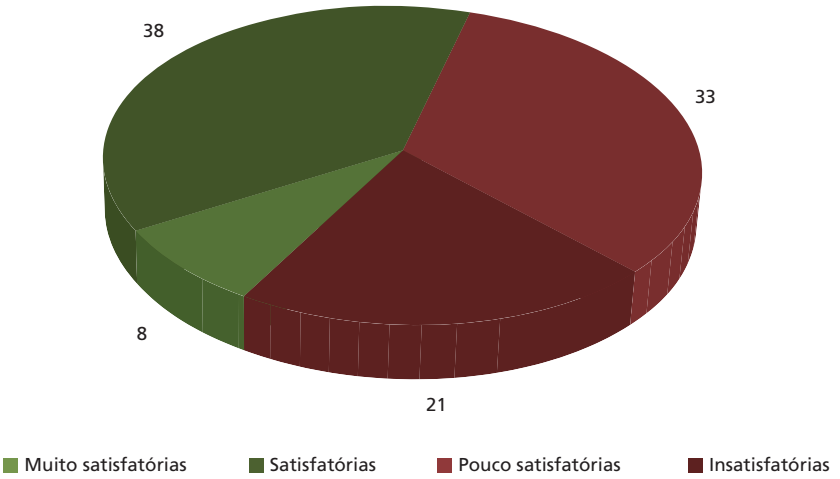
GRÁFICO 43
Presidência do conselho
(Em %)



No que se refere à Presidência do conselho, o gráfico 43 mostra uma avaliação bastante positiva de sua atuação, sendo que 58% dos conselheiros a consideram satisfatória e 17% muito satisfatória. Dos demais, 17% dos conselheiros afirmam que esta é pouco satisfatória e 8% dos representantes não sabiam avaliar ou não responderam.

Avaliação da plenária do conselho

GRÁFICO 44
Plenárias
(Em %)

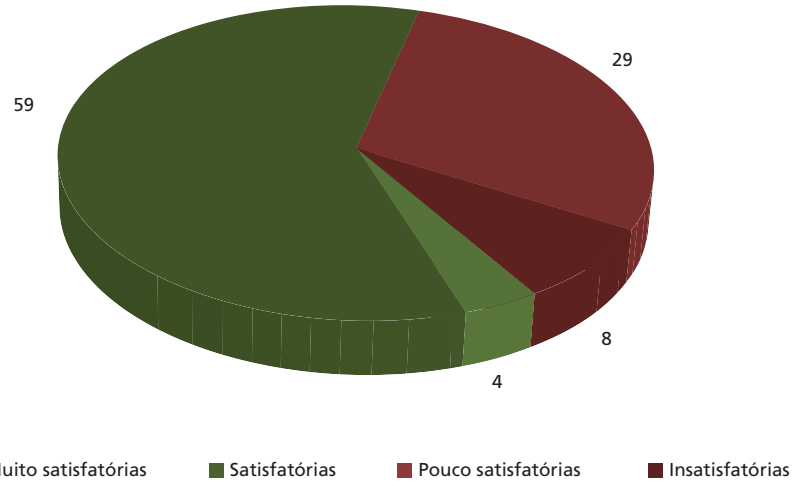


Elaboração dos autores.

A percepção sobre as plenárias é, sobretudo, negativa: 33% acreditam que estas são pouco satisfatórias e 21% que são insatisfatórias. Ainda assim, 38% afirmaram crer que o andamento destas e sua organização são satisfatórios e para 8% são muito satisfatórios.

Avaliação das comissões temáticas do conselho

GRÁFICO 45
Comissões temáticas
(Em %)



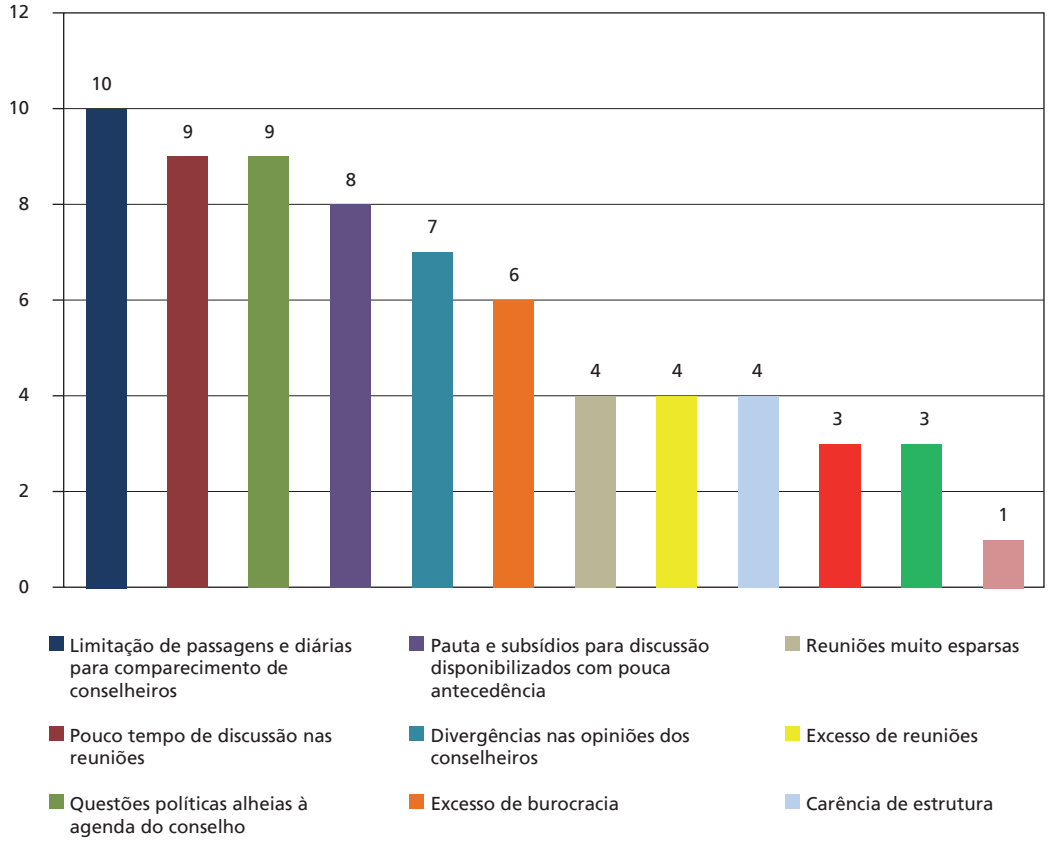
Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o andamento das comissões que integram a estrutura do Conanda. Neste caso, a avaliação positiva predomina, com 63% dos conselheiros afirmando que elas são satisfatórias ou muito satisfatórias. No entanto, 29% dos conselheiros disseram que as plenárias são pouco satisfatórias e 8% insatisfatórias.

4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros que identificassem, em uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam ser as principais no que se refere ao processo decisório do Conanda. O gráfico 46 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria.

GRÁFICO 46
Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho



É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são a limitação de passagens e diárias para comparecimento dos conselheiros (10) – algo que impediria maior presença nas reuniões –, o pouco tempo de discussão nas reuniões (9) e questões políticas alheias à agenda do Congresso Nacional (9) – aspectos que poderiam limitar a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais completa, e impedir que certas questões mais relevantes ao trabalho do conselho tivessem espaço adequado para serem debatidas.

Entre as outras opções com maior frequência de respostas estão: o fato de a pauta e os subsídios para discussão serem disponibilizados com pouca antecedência (8); haver divergências de opinião entre os conselheiros (7); e o excesso de burocracia (6). Aspectos ligados à organização das reuniões e à estrutura do conselho, como reuniões muito esparsas ou excesso de reuniões – percepções, de certo modo, contraditórias – e carência de estrutura, foram citadas por quatro conselheiros cada. Outras respostas mencionadas foram a baixa prioridade política por parte de Secretaria-Geral da Presidência da República (3) e o mandato de conselheiro não ser remunerado pelo governo (1). Por fim,

dos três conselheiros que optaram por apontar outras dificuldades, ao especificarem suas respostas estas incluíram:

- dificuldade de implantação das deliberações do conselho;
- ausência de metodologia para condução das reuniões; e
- entendimento de democracia participativa por parte do governo e do Estado brasileiro.

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas, de livre resposta, no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto ao tipo de ações que poderiam ser implantadas para a melhoria da atuação do Conanda. Um número considerável de conselheiros respondeu às questões: quase 71% responderam à questão 27 e quase 83% responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do Conanda

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas categorias listadas no quadro 6.

QUADRO 6
Pontos fortes do Conanda

	Pontos fortes	Número de respostas
1	Formação e atuação dos conselheiros	7
2	Fortalecimento da participação e do controle social	7
3	Promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente nos três níveis da federação	6
4	Espaço de debate político e deliberação de políticas	4
5	Representatividade e diversidade/pluralidade	3
6	Articulação/mobilização entre atores	1
7	Diversidade dos temas	1
8	Existência de um fundo nacional vinculado à temática	1
9	Criação de mecanismos para participação de adolescentes	1

Elaboração dos autores.

Como é possível perceber a partir do quadro 6, dois foram os aspectos mencionados com maior frequência como pontos fortes do conselho: a formação e atuação engajada dos conselheiros e o fortalecimento da participação e do controle social – ambos mencionados sete vezes cada. Elogia-se, no primeiro caso, a liderança dos conselheiros no que se refere à temática da promoção dos direitos das crianças e adolescentes, bem como seu preparo, experiência e conhecimento dos temas. A sociedade civil foi especialmente elogiada neste sentido. No segundo caso, o enfoque recai sobre as contribuições efetivas da existência do Conanda no que tange ao fortalecimento da capacidade de monitoramento e controle por parte da sociedade das ações vinculadas ao tema, bem como a ampliação de sua participação nas decisões relacionadas, algo para o qual corrobora a composição paritária do conselho.

Outros aspectos que aparecem entre os principais pontos fortes do conselho são a ação para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente nos três níveis da federação (seis menções) e a constituição do Conanda como um espaço deliberativo e de debate político (quatro menções). No que se refere à promoção e à defesa de direitos, são mencionadas a relevância da política nacional, com destaque para os conselhos de direitos e tutelares, além da possibilidade de continuidade efetiva das políticas que tanto a política nacional quanto o plano decenal ensejam. Neste contexto, os pontos apontados pelos conselheiros continuam a destacar as contribuições trazidas pela existência do conselho enquanto instituição democrática participativa. Segundo um dos conselheiros, "a efetividade do conselho está vinculada à validação do projeto de democracia do Estado brasileiro". Neste sentido, outro aspecto relevante mencionado foi a representatividade dos setores que integram o Conanda, assim como a pluralidade de visões defendidas dentro deste (três menções).

Por fim, foram mencionados como pontos positivos ainda a articulação e o diálogo entre os setores que integram o conselho, a diversidade dos temas abordados, a existência de um fundo nacional vinculado à temática e a possibilidade de criação de mecanismos para incentivar a participação de adolescentes.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do Conanda

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas no quadro 7.

QUADRO 7
Sugestões de melhorias na atuação do Conanda

	Sugestões de melhoria	Número de respostas
1	Otimização das atividades do conselho e do desempenho de suas funções	17
2	Estimular maior participação do poder público	5
3	Fortalecer práticas democráticas e a representatividade no interior do conselho	5
4	Mudanças nas regras do conselho	4
5	Atuar de maneira ampliada no exercício do controle social	3
6	Maior capilaridade do Conanda nos estados e municípios, bem como maior articulação com outros conselhos nos diferentes níveis	3
7	Rever atuação política do Conanda	2
8	Garantir que o Conanda seja respeitado enquanto instância deliberativa	2
9	Aperfeiçoar os meios de divulgação do trabalho do conselho	1
10	Construir uma agenda de atuação junto ao CN	1
11	Ampliar a aplicação e efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente	1
12	Maior liberdade de discussão de diferentes temas independente de seu teor polêmico	1

Elaboração dos autores.

Entre as sugestões de melhoria, o aspecto mais mencionado foi a necessidade de otimizar o trabalho do conselho e o desempenho de suas funções (17 menções). Diversos pontos foram apontados com relação a este aspecto, como o aprimoramento dos processos administrativos – por exemplo, por meio de uma tecnologia de gestão mais eficiente e redução da burocracia – e a importância de aumentar o número de funcionários que au-

xiliam as atividades do conselho, de modo que a Secretaria Executiva seja mais ágil. Além disso, também se espera que a organização das reuniões e o funcionamento das comissões sejam mais bem organizados, sobretudo se agilizando as agendas de discussão e revendo metodologias de debate, com vistas a maior objetividade.

Em seguida, observam-se as sugestões para que a atuação dos representantes do poder público seja maior (cinco menções) nas plenárias e nas comissões. Há inclusive sugestões para melhor definição da atuação deste segmento. Também com cinco menções, aparece a ideia de que as práticas democráticas e a representatividade no interior do conselho devem ser fortalecidas, por exemplo, ampliando a participação de segmentos diversos da sociedade civil e garantindo que interesses específicos a alguns grupos não sejam o foco de debate. Há também sugestões de mudanças nas regras do conselho (quatro menções), principalmente no que se refere à necessidade de rever a composição para discutir o número de conselheiros, a organização bipartite entre sociedade civil e poder público e mesmo a possibilidade de inclusão de adolescentes como integrantes do Conanda.

Entre as demais sugestões levantadas, observa-se a importância: de atuar de maneira ampliada no exercício do controle social (três menções), aumentando o contato com a sociedade civil não organizada; e de ampliar a capilaridade do Conanda nos estados e municípios, bem como sua articulação com outros conselhos nos diferentes níveis (três menções). Também foi sugerido rever a atuação política do conselho (duas menções), reformulando-o politicamente e desenvolvendo ações que fortaleçam o conselho e suas funções. Além disso, menciona-se a importância de o Conanda ser efetivamente reconhecido como instância deliberativa (duas menções). Por fim, outros aspectos apontados (todos com uma menção cada) incluem: aperfeiçoar os meios de divulgação do trabalho do conselho; construir uma agenda de atuação junto ao CN; ampliar a aplicação e a efetividade do ECA; e maior liberdade de discussão de diferentes temas independente de seu teor polêmico ou de posicionamentos religiosos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros, foi possível traçar o perfil destes representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do conselho e influência nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do Conanda com os demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.[3]

Parece importante ressaltar o que foi considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplo de boas práticas, tanto para os conselhos

3. O período analisado nesta pesquisa, aos quais os conselheiros se reportam em suas respostas, corresponde ao período anterior a 25 de maio de 2011, quando os questionários foram aplicados.

estaduais e municipais vinculados à temática, quanto para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Tratam-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Conforme apontado pelos próprios conselheiros, o Conanda exerce uma função importante para a promoção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, além de incentivar a participação e fortalecer o exercício do controle social, reforçando assim a democracia. Corroboram para isto a atuação e o comprometimento dos conselheiros, especialmente os da sociedade civil, cuja formação e militância na área são bastante elogiadas em geral.

No que se refere à atuação dos conselheiros, um elemento interessante que transparece na análise é a alta frequência de contato com a base de apoio – quando existente – para diferentes finalidades. Com relação à satisfação com a atuação dos segmentos que compõem o Conanda, observa-se uma avaliação bastante satisfatória no geral, muito embora opiniões negativas tenham aparecido no caso da atuação do poder público. Padrão semelhante foi observado no caso da avaliação do grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos.

Outro aspecto bem avaliado foi a influência do conselho sobre as decisões e as ações da SDH/PR, o que indicaria a existência de uma boa relação entre os dois. Esta percepção, no entanto, não se mantém quando da análise da influência do Conanda sobre a agenda de outras instâncias, notadamente sobre o CN e sobre outros ministérios. O impacto sobre a opinião pública e sobre as ações do setor privado também foi avaliado como pouco satisfatório.

Outros aspectos relevantes que obtiveram proporções relativamente maiores de avaliações menos satisfatórias foram componentes da estrutura administrativa e organizacional do conselho, especificamente a Secretaria Executiva (avaliação equilibrada), as plenárias, o regimento interno e as resoluções (avaliação equilibrada), e os meios de comunicação e de divulgação de seu trabalho. Isto reflete nas sugestões de melhoria da organização do conselho e de otimização dos trabalhos e das reuniões. Ainda no que se refere a este aspecto, no entanto, é importante notar que, comparativamente, a Presidência do conselho foi muito bem avaliada.

Também há insatisfação com alguns aspectos referentes à composição do Conanda. Embora a questão que avalia o número total de conselheiros tenha recebido respostas, sobretudo, positivas, é possível perceber ao longo do relatório que existem sugestões de mudança deste número. Com relação ao número de representantes por segmento, por exemplo, a sociedade civil parece estar mais insatisfeita com a composição atual. Além disso, foram apontadas como pouco satisfatórias a diversidade dentro do conselho, bem como a forma de escolha das entidades que têm assento neste.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo conselho, aspectos indicados por seus membros incluem questões ligadas à limitação de passagens aéreas e diárias para que representantes que não moram em Brasília participem das reuniões. Outras dificuldades são o pouco tempo para debate durante os encontros, assim como a pouca antecedência de

disponibilização dos subsídios para discussão. Também chama atenção o fato de alguns conselheiros acreditarem que questões políticas alheias à agenda do Conanda e divergências de opinião entre os representantes são empecilhos ao andamento dos debates.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo dentro do Conanda, podendo escrever livremente sobre o assunto. A estas sugestões, adicionaram-se alguns tópicos que parecem necessitar de maior reflexão com relação ao processo do conselho e à sua atuação. Sugere-se que o conselho aprofunde o debate sobre estas questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do Conanda, além de poderem ser, eventualmente, temas importantes para futuros estudos, enumerados na sequência.

1) Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas e otimização do trabalho do conselho. A necessidade de ampliar a eficácia de processos administrativos e organizacionais do conselho e otimizar o debate nas plenárias aparece como uma preocupação relevante no que se refere ao Conanda. Pensar em estratégias de gestão mais eficientes reduzindo processos burocráticos, ou mesmo ampliando o número de funcionários que trabalham no apoio ao conselho, pode ser uma via importante para que o conselho funcione melhor. Outra estratégia importante, no caso das reuniões, pode ser a reflexão sobre novas metodologias de discussão, tanto para as plenárias quanto para as comissões, de modo que o debate seja mais focado nas preocupações do Conanda e efetivamente democrático, garantindo oportunidade de expressão e discussão de diferentes temas relevantes à temática. Finalmente, caberia rever a atuação política do conselho e trabalhar mecanismos que ajudem a fortalecer sua legitimidade enquanto instância deliberativa.

2) Buscar mecanismos de incentivo a uma maior participação do poder público. Ficou claro na análise dos dados a cobrança de uma atuação mais presente e comprometida por parte dos conselheiros que representam o poder público. Buscar estratégias que incentivem uma participação ampliada e efetiva destes representantes é importante para que haja um debate mais plural e mesmo para o encaminhamento de decisões do conselho.

3) Analisar possibilidade de modificação das regras de composição do conselho. Houve muitas sugestões no sentido de rever a composição do Conanda, tanto com relação ao número de conselheiros em si, como ao processo de escolha das entidades selecionadas, com a intenção de contribuir para a diversificação dos setores representados. Neste caso, a revisão das regras de composição do conselho, assim como uma maior divulgação à época do processo de escolha das entidades que indicam conselheiros, auxilia em uma composição mais diversificada, o que pode significar também um conselho mais representativo e mais plural.

4) Melhorar os meios de comunicação e divulgação do trabalho do conselho. A comunicação e a difusão do trabalho do conselho são fundamentais para a interação com segmentos que atuam no âmbito das políticas de promoção dos direitos das crianças e adolescentes, bem como para a sensibilização da sociedade quanto ao tema. Portanto, seria útil estabelecer uma relação direta com meios de comunicação – canais de televisão, jornais, revistas, redes sociais – que possam levar a um público mais amplo informações sobre o trabalho do conselho. Além disso, fomentar o diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligados à temática é vital para a efetividade do trabalho.

5) Aperfeiçoar a articulação do Conanda com outras instâncias políticas e com a sociedade. A análise dos dados evidencia uma necessidade maior de diálogo e de articulação com outras instâncias governamentais para que o trabalho realizado pelo Conanda seja levado em conta e impacte as políticas e decisões que são tomadas nestes espaços. Neste contexto, fortalecer a relação com o CN, por exemplo, por meio do estabelecimento de contato com as instâncias que trabalham assuntos ligados aos direitos da criança e do adolescente, pode ser bastante útil, além de ser algo que pode ser feito pelos próprios conselheiros, de forma organizada, ou pela Secretaria do conselho. Da mesma forma, ampliar os canais de diálogo com os ministérios e com a sociedade é um passo importante para o reconhecimento, a visibilidade e a efetividade do conselho, e para a promoção dos direitos de crianças e dos adolescentes.

Por fim, ressalta-se que tópicos para debate aqui apresentados serão aprofundados na segunda etapa da pesquisa. Esta irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 21 conselhos e das três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição brasileira**. Brasília: CN, 1988.

_____. Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 121, de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006.

_____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. 2011. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>. Acesso em: 8 ago. 2011.

CARVALHO, L. M. **A participação sócio-política do CONANDA**: limites e possibilidades na construção de um novo paradigma na área da infância. Brasília: UnB, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>.

_____. **Síntese de indicadores sócias**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2010/SIS_2010.pdf>.

_____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. v. 3.

MENDES, É. B. Direitos humanos e o estatuto da criança e do adolescente. *In*: MIRANDA, H. (Org.). **Crianças e adolescentes**: do tempo da assistência à era dos direito. Recife: UFPE, 2010. p. 97-121.

OLIVEIRA, C. S. Apresentação: formando conselheiros para a era dos direitos de crianças e adolescentes. *In*: MIRANDA, H. (Org.). **Crianças e adolescentes**: do tempo da assistência à era dos direito. Recife: UFPE, 2010. p. 9-10.

RODRIGUES, M. L. A. Módulo II: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. *In*: RODRIGUES, M. L. A.; GOMES, V. M. S. (Orgs.). **Formação de conselheiros em direitos humanos**. Brasília: SEDH/PR, 2007. p. 55-104.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**. 1998. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>. Acesso em: 8 ago. 2011.

SIERRA, V. M. Conselhos de direitos da criança e do adolescente: a inscrição de quadros participativos na política para crianças e adolescentes. **Civitas**: revista de ciências sociais, ano 2, n. 1, jun. 2002. p. 181-191.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Adolescência**: uma fase de oportunidades. 2011. p. 1-12. (Caderno Brasil). Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_19822.htm>. Acesso em: 20 dez. 2011.

ANEXO 1

Observação para facilitar o preenchimento:

Setor - Considere o termo "setor" como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do poder público e da sociedade civil.
Base de apoio – Considere como "base de apoio" o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

1) Sexo:
1. ( ) Masculino 2. ( ) Feminino

2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):
1. ( ) Branca 2. ( ) Preta 3. ( ) Amarela 4. ( ) Parda
5. ( ) Indígena

3) Escolaridade:
1. ( ) Ensino fundamental 2. ( ) Ensino médio 3. ( ) Superior incompleto
4. ( ) Superior completo 5. ( ) Especialização 6. ( ) Mestrado incompleto
7. ( ) Mestrado completo 8. ( ) Doutorado incompleto 9. ( ) Doutorado completo

4) Qual sua religião ou culto? _____
_____

5) Faixa etária:
1. ( ) até 20 anos 2. ( ) de 21 a 30 anos 3. ( ) de 31 a 40 anos
4. ( ) de 41 a 60 anos 5. ( ) mais de 60 anos

6) Renda familiar mensal (média)
1. ( ) Abaixo de R$ 500,00 2. ( ) De R$ 500,00 até R$ 1.500,00 3. ( ) De R$ 1.501,00 até R$ 2.500,00
4. ( ) De R$ 2.501,00 até R$ 4.000,00 5. ( ) De R$ 4.001,00 a R$ 8.000,00 6. ( ) De R$ 8.001,00 a R$ 12.000,00
7. ( ) Acima de R$ 12.001,00 8. ( ) Não sabe

7) Município/UF de residência: _____
_____

8) Situação no conselho
1. ( ) Titular 2. ( ) Suplente
3. ( ) Não sabe 4. ( ) Outros_____

8.1) Nome da organização que representa no conselho: _____

9) Setor de representação a que pertence:

1. ( ) Poder público 2. ( ) Sociedade civil

10) Há quanto tempo é conselheiro(a) deste conselho? (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).

1. ( ) Menos de 1 ano 2. ( ) De 1 a 3 anos 3. ( ) De 4 a 6 anos
4. ( ) De 7 a 10 anos 5. ( ) Mais de 10 anos 6. ( ) Não sabe/não se aplica

11) No seu período neste conselho, já representou outros setores?

1. ( ) Não.
2. ( ) Sim. **Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):**

1. ( ) Poder público 2. ( ) Sociedade civil

12) Além deste conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

1. ( ) Não.
2. ( ) Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho.
3. ( ) Sim, sou conselheiro(a) de outros conselhos.

12.1) Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):

1. ( ) Conselhos nacionais
2. ( ) Conselhos estaduais
3. ( ) Conselhos municipais/locais

BLOCO 2: ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

13) Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatis-fatória	Não sabe/ não se aplica
1. Número total de conselheiros(as)	( )	( )	( )	( )	( )
2. Diversidade de setores representados	( )	( )	( )	( )	( )
3. Número de conselheiros em cada setor	( )	( )	( )	( )	( )
4. Forma de escolha das entidades com assento no conselho	( )	( )	( )	( )	( )
5. Forma de escolha dos conse-lheiros dentro das entidades	( )	( )	( )	( )	( )

14) Na sua atuação no conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um "X" sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	( )	( )	( )
2. Interesses da minha instituição	( )	( )	( )
3. Interesses do meu setor	( )	( )	( )
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	( )	( )	( )
5. Interesses de toda a coletividade	( )	( )	( )
6. Não sabe	( )	( )	( )
7. Outros _____	( )	( )	( )

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	( )	( )	( )	( )	( )
2. Sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a) você tem alguma base de apoio?

1. ( ) Sim. Qual(is)?_____
2. ( ) Não.
3. ( ) Não sabe.

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. ( ) Não tenho base de apoio
2. ( ) Nunca
3. ( ) Raramente
4. ( ) Às vezes
5. ( ) Com frequência
6. ( ) Sempre
7. ( ) Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

1. ( ) Não tenho base de apoio
2. ( ) Telefonema
3. ( ) *E-mail*/lista de discussão
4. ( ) Reuniões presenciais
5. ( ) Conversas pessoais
6. ( ) Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. ( ) *Home page* institucional
8. ( ) Carta/ofício
9. ( ) Fax
10. ( ) Mensagem (torpedo/SMS)
11. ( ) Não sabe
12. ( ) Outra:_____

19) Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

I – Definir/sustentar posicionamento no conselho:

1. ( ) Nunca 2. ( ) Raramente 3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente 5. ( ) Sempre 6. ( ) Não sabe/não se aplica

II – Relatar os debates/deliberações do conselho:

1. ( ) Nunca 2. ( ) Raramente 3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente 5. ( ) Sempre 6. ( ) Não sabe/não se aplica

III – Prestar contas sobre a sua atuação no conselho:

1. ( ) Nunca 2. ( ) Raramente 3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente 5. ( ) Sempre 6. ( ) Não sabe/não se aplica

IV – Construir/fortalecer articulações:

1. ( ) Nunca 2. ( ) Raramente 3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente 5. ( ) Sempre 6. ( ) Não sabe/não se aplica

BLOCO 3: FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

20) Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos setores?

1. ( ) Nunca 2. ( ) Raramente 3. ( ) Às vezes
4. ( ) Frequentemente 5. ( ) Sempre 6. ( ) Não sabe/não se aplica

21) Avalie a influência da atuação do conselho em relação a:

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatis-fatória	Não sabe/ não se aplica
1. Agenda do Congresso Nacional	( )	( )	( )	( )	( )
2. Políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	( )	( )	( )	( )	( )
3. Políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona	( )	( )	( )	( )	( )
4. Iniciativas da sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )
5. Iniciativas do setor produtivo	( )	( )	( )	( )	( )
6. Percepção da opinião publica sobre o tema	( )	( )	( )	( )	( )

22) Em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os(as) conselheiros(as)?

1. ( ) Não 2. ( ) Sim, parcialmente 3. ( ) Sim, plenamente

23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?

1. ( ) Não 2. ( ) Sim, parcialmente 3. ( ) Sim, plenamente

24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do conselho? (Marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/ não se aplica
1. Poder público	( )	( )	( )	( )	( )	( )
2. Sociedade civil	( )	( )	( )	( )	( )	( )

25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do conselho (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor/segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Secretaria Executiva	( )	( )	( )	( )	( )
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, *website*, publicações)	( )	( )	( )	( )	( )
3. Regimento interno e Resoluções	( )	( )	( )	( )	( )
4. Presidência	( )	( )	( )	( )	( )
5. Plenária	( )	( )	( )	( )	( )
6. Comissões temáticas	( )	( )	( )	( )	( )

26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho? (Marque no máximo três alternativas)

1. ( ) Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. ( ) Reuniões muito esparsas
3. ( ) Excesso de reuniões
4. ( ) Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. ( ) Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. ( ) Questões políticas alheias à agenda do conselho
7. ( ) Excesso de burocracia

8. ( ) Divergência nas opiniões dos conselheiros
9. ( ) Baixa prioridade política por parte da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
10. ( ) Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11. ( ) O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. ( ) Outras_____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?

Muito obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Marco Aurélio Dias Pires

Revisão
Andressa Vieira Bueno
Laeticia Jensen Eble
Luciana Dias Jabbour
Mariana Carvalho
Olavo Mesquita de Carvalho
Reginaldo da Silva Domingos
Celma Tavares de Oliveira (estagiária)
Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração
Aline Rodrigues Lima
Andrey Tomimatsu
Danilo Leite de Macedo Tavares
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Daniella Silva Nogueira (estagiária)
Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa
Andrey Tomimatsu

Livraria do Ipea
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SAE SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da **Presidência da República**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA